

Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

APRESENTAÇÃO

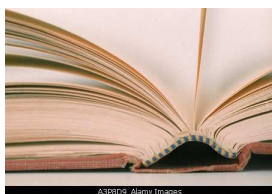
Prezado leitor

Este é o quinto número do *SBS Caderno de Resenhas*, periódico eletrônico da Sociedade Brasileira de Sociologia, que tem como objetivo publicar resumos e comentários elaborados por especialistas, sobre livros nacionais ou estrangeiros da área de Ciências Sociais. Esta iniciativa visa contribuir para a informação e o desenvolvimento do debate acadêmico em circuito amplo, por meio de edição eletrônica e assim difundir a produção intelectual dos cientistas sociais democratizando seu acesso a um público mais diversificado.

O *SBS Caderno de Resenhas* representa um esforço da diretoria da SBS para concretizar o desejo, anunciado ao longo do tempo, de solidificar e difundir o pensamento sociológico em diversas instâncias do domínio público. Significa, portanto, a continuidade dos esforços de publicação e edição de obras sobre o pensar sociológico, que vem caracterizando a prática acadêmica da entidade, desde o tempo de sua criação.

Esta publicação tem periodicidade semestral com inscrição ISSN 1981-2264 e divulgação no *site* da Sociedade Brasileira de Sociologia: www.sbsociologia.com.br

Os interessados em encaminhar resenhas devem seguir as Normas para Publicação (neste Caderno), e enviar os trabalhos para a Secretaria Geral da Comissão de Publicação, no endereço: sbsresenhas@yahoo.com.br



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

EXPEDIENTE

Publicação Semestral da Sociedade Brasileira de Sociologia
Nº. 5, Ano 3, Dezembro de 2008
ISSN: 1981-2264

Diretoria (gestão 2005 a 2007)

Presidente: Tom Dwyer, UNICAMP

1º Vice Presidente

Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, USP

2º Vice Presidente

Ana Maria Fernandes, UnB

Secretário Geral

Celi Scalon, UFRJ

Tesoureiro

Maíra Baumgarten Corrêa, UFRGS

1º Secretário

Marco Aurélio Santana, UFRJ

2º Secretário

Pedro Célio Alves, UFGO

Diretores

Cynthia Hamlin, UFPE

Irllys Alencar Firmo Barreira, UFC

José Miguel Rasia, UFPR

Antônio Augusto Prates, UFMG

Antônio Carlos Witkoski, UFAM

Coordenação Editorial

Irllys Alencar Firmo Barreira

José Ricardo Ramalho

Conselho Editorial

Jacob Carlos Lima

Maíra Baumgarten Corrêa

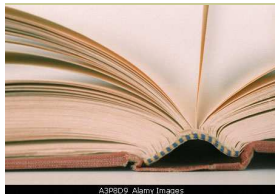
Maria Stela Grossi

Salete Cavalcanti

Tom Dwyer

Secretaria

Dione Marques



Apresentação

Expediente

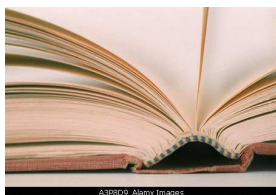
Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

SUMÁRIO

1. A PACÍFICA ASCENSÃO DA CHINA: PERSPECTIVAS POSITIVAS PARA O FUTURO? 04
Antônio J. E. Brussi
2. VIDA SOB CERCO 09
Dinaldo Filho
3. INVENÇÃO, RECONVERSÃO E CIRCULARIDADE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL 14
Eduardo Paes-Machado
4. INSEGURANÇA, MEDO E VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE ZYGMUNT BAUMAN 18
Francisco Alencar Mota
5. SOB OS HOLOFOTES: PENSANDO AS CELEBRIDADES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO 23
Irapuan Peixoto Lima Filho
6. CONHECIMENTO, COMUNICAÇÃO E CRIATIVIDADE: NOVAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO E DA CIÊNCIA 29
Leandro Raizer
7. ESTADO, RELIGIÃO E LIBERDADES LAICAS 34
Marcos José Diniz Silva
8. AS DÁDIVAS REVELAM A MELANÉSIA 39
Maria Lourdes dos Santos
9. CONCEPÇÕES DE UMA TEORIA SOCIAL DA MÍDIA 42
Mario Luis Grangeia
10. DISPUTAS TEÓRICAS E LUTAS EFETIVAS: A POLÍTICA EM QUESTÃO46
Messias Basques
11. O GOSTO DA CLASSE DOMINANTE COMO FORMA A PRIORI DO JULGAMENTO 54
Paolo Totaro
12. SEGURANÇA PÚBLICA: COMPREENDER PARA INTERVIR59
Robson Sávio Reis Souza
13. NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 64



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

RESENHAS

A PACÍFICA ASCENSÃO DA CHINA: PERSPECTIVAS POSITIVAS PARA O FUTURO?¹

Resenha do livro de ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. London/New York: Verso, 418p.

Antônio J.E. Brussi²

O bom leitor de *Adam Smith em Pequim*³ – bom por aceitar a recomendação do autor de lê-lo por inteiro – não deixará de ser intelectualmente estimulado e, em muitos casos, surpreendido, durante o itinerário dessa leitura. A começar pelo intrigante título. A meu ver, *Adam Smith em Pequim* apresenta um duplo e complementar sentido. O primeiro, extraído das páginas de *A Riqueza das Nações*, refere-se à reiterada referência de Smith a respeito do padrão chinês para a maturidade econômica como “o progresso natural para a opulência” ou “o curso natural das coisas”, de acordo com suas próprias palavras. Aqui, Smith exalta o virtuosismo do capital investido domesticamente – primeiramente na agricultura e, em seguida, no comércio varejista – como aquele que produz os efeitos mais sólidos e duradouros pelas conseqüências positivas para o crescimento do salário e da renda nacional. Contrasta o caminho chinês com o holandês, o caso “extremo de país que seguiu o caminho europeu para a maturidade econômica... (percurso) não natural e retrógrado (p.57) por assentar-se no grande comércio atacadista que “parece não ter residência fixa e pode vagar de um lugar para outro em busca de lugar onde

¹ Esta resenha foi originalmente publicada na Revista Brasileira de Política Internacional, nº 1, 2008.

² Professor Associado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

³ Embora a resenha tenha sido feita a partir da edição original em inglês do livro, utilizo o título em português para informar aos leitores que a tradução brasileira desse livro foi recentemente publicada pela Boitempo Editorial.

possa comprar barato e vender caro.” (p.59) Por outro lado, o segundo sentido deste atrativo título está mais identificado a uma certa continuidade daquele padrão virtuoso – depois de mais de um século de interregno – e das surpreendentes conquistas que a China vem progressivamente alcançando na Economia e na política mundiais. Seriam, ao mesmo tempo, uma oportuna lembrança e um devido reconhecimento que Arrighi presta à antecipação smithiana da ascensão chinesa e das vantagens de se utilizar a maior parte do capital primeiramente na agricultura, depois nas manufaturas e, por fim, no comércio exterior. Adicione-se a essa interessantíssima referência a Smith uma segunda, de autoria de Robert Heilbroner, segundo a qual ele “*pode bem ser um dos mais amplamente citados e mais raramente lidos de todos os mestres economistas do passado*”. (p.42), é a oportunidade que Arrighi mais uma vez aproveita para apresentar três mitos que circundam o legado de Smith: “1) *que ele foi um teórico e defensor da “auto-regulação” dos mercados;* 2) *que ele foi um teórico do capitalismo visto como um motor ‘incessante’ de expansão econômica e,* 3) *que ele foi um teórico e defensor do tipo de divisão do trabalho que ocorria na fábrica de alfinetes descrita no primeiro capítulo da Riqueza das Nações*” (p. 42). Posteriormente, a desconstrução desses mitos fundamentará o detalhamento das peculiaridades da Economia Política da China e de suas potencialidades.

Após longa e elaborada argumentação teórica na qual ele compara e contrapõe de modo similarmente original, Smith, Marx e Schumpeter, Arrighi continua a desenvolver o tema que há bastante tempo vem ocupando suas reflexões. Ele mesmo contabiliza que o livro, na verdade, começou nos anos 1970, embora possa ser lembrado que suas reflexões mais sistemáticas tais como as desenvolvidas em torno do estatuto teórico e empírico da hegemonia na Economia-Mundo, núcleo fundamental do presente trabalho ora resenhado, tenham-se iniciado no início dos anos 1990, após quase uma década dedicada à problemática da semiperiferia. A rigor, foi a partir da busca por mais consistência para o conceito de semiperiferia que ocorreu o presente desdobramento, quer na direção dos estudos sobre hegemonia – um dos cimentos político-ideológicos do sistema mundial – quer na da crescente preocupação com os Estados e as Economias do Leste asiático, vistos em um primeiro momento como promissores candidatos à mobilidade ascendente e posteriormente reconhecidos como tendo completado, pelo menos, um movimento progressivo nesse rígido sistema de estratificação que é a Economia-Mundo capitalista.

Tomando como ponto de partida os achados de estudos anteriores, notadamente em *O Longo Século XX em Caos e Governabilidade no Moderno Sistema – Mundo* em co-autoria com Beverly Silver – ambos traduzidos para o português, o autor desenvolve uma longa e detalhada comparação das três últimas décadas do século XX e os primeiros anos do XXI, com períodos precedentes de crise de hegemonia, a saber, a crise da hegemonia holandesa, durante o século

XVIII – compreendendo o longo período entre a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-14) e a Quarta Guerra Anglo-Holandesa (1780-84) – e a crise da hegemonia inglesa, de 1870 ao início dos anos 1930. A partir da análise detalhada do que é peculiar em cada “momento” das hegemônias pretéritas e do que se repetiu, com que grau de importância e com que ordem de abrangência, Arrighi identifica as peculiaridades da hegemonia americana, iniciada ao final da Segunda Guerra Mundial e, com minúcia de detalhe, reporta sua incontestável decadência.

Do mesmo modo que em vários estudos das Relações Internacionais, o conceito de hegemonia utilizado por Arrighi provém do conhecido referencial gramsciano, que o edifica a partir da capacidade de um grupo apresentar-se durante um determinado período como portador do interesse geral de uma dada sociedade. Ao transpor esta peculiar capacidade de liderança ao ambiente do sistema interestatal, entretanto, Arrighi desdobra a ascendência que um Estado exerce sobre os demais em duas direções designadoras de dois tipos de fenômenos. Por um lado, temos um Estado que, *“em virtude de seu desempenho...se torna modelo para outros estados imitarem-no e, a partir daí, serem atraídos para sua própria rota de desenvolvimento”*. Neste caso, estamos falando de liderança. Por outro lado, hegemonia vai destacar que *“o estado dominante lidera o sistema de estados em uma desejada direção e, ao fazer isso, é amplamente percebido como portador/defensor do interesse geral.”* (ARRIGHI; SILVER, 1999:27). No entanto, se atualmente não se observa qualquer Estado assumindo tal posição e sendo reconhecido no sistema interestatal por esta tarefa, também não se pode identificar o surgimento de radicalizações competitivas do tipo de corrida armamentista ou de paz armada, como em outros momentos no passado. Se a concentração do poder militar em um Estado, se os esforços dos países centrais para uma certa convergência e se a unidade do mercado mundial têm evitado aquela rivalidade belicosa de outros tempos, por outro lado estas características do momento atual não permitem excluir de um cenário futuro a crescente expansão de tensões como as que podem irromper em caso de uma ampla e profunda depressão econômica mundial. De acordo com o autor, portanto, tal contexto está marcado pelo irrecuperável declínio da credibilidade previamente desfrutada pelos Estados Unidos como portador/defensor do interesse geral do sistema interestatal. Essa descrença foi provocada inicialmente pelo fracasso militar no Vietnã e reforçada recentemente pelos sucessivos reveses americanos no mundo muçulmano, especialmente no Iraque. Além disso, o processo de liberalização multilateral do comércio e de movimento de capitais acabou limitando as ações do poder americano, especialmente no âmbito financeiro. Por fim, *“o maior de todos os fracassos do projeto imperial neoconservador: o de impedir que a China se transformasse em um novo centro potencial da economia política global”* (p. 203). Assim, ao reconhecermos a existência de um Estado que concentra um poder militar sem rival e ao admitirmos que este Estado não carrega mais a bandeira da credibilidade mundial,

especialmente pelos sucessivos fracassos político-militares sofridos nos últimos quarenta anos, estamos frente a uma situação que o autor caracteriza como de dominação sem hegemonia.

Embora nessa moldura internacional a China seja percebida como a grande beneficiária da cruzada antiterrorista desencadeada pelos Estados Unidos desde os anos 1990, o autor aponta três propostas que visam conter essa “pacífica ascensão” que caracteriza a provável caminhada chinesa para o perímetro do centro da economia mundial. Ainda que radicalmente contrastantes, as alternativas neoconservadoras desenvolvidas por Kaplan, Kissinger e Pinkerton são distantes uma das outras e independentes de apoios partidários mostrando, com isso, como o tema tem sido controvertido mesmo no seio do pensamento conservador americano.

Tomando como referência as tensões e conflitos surgidos no passado por disputas por hegemonia no sistema interestatal, Kaplan antecipa que a emergência da China como uma superpotência é inevitável e que, conseqüentemente, conflitos de interesses com os Estados Unidos serão incontornáveis. Para enfrentar com vantagem essa ameaça, os EUA devem buscar: 1) reforçar um equilíbrio regional de poder, evitando a todo custo aventuras militares na região e 2) gerenciar riscos a partir de uma “*estratégia bismarckiana de contenção centrada no Comando Americano do Pacífico, conhecido como PACON.*” (p.285) Aqui, nesta nova Guerra Fria, buscase inspiração na bem-sucedida contenção e posterior vitória sobre a extinta União Soviética que a construção de um equilíbrio de poder a partir da OTAN ajudou a organizar. Ressalte-se que no caso chinês esta contenção se limita ainda a uma dimensão asiática.

A proposta de Kissinger é radicalmente diferente por não pressupor como inevitável uma confrontação dos EUA com a China, embora concorde que “*o centro de gravidade dos interesses do mundo está mudando do Atlântico... para o Pacífico.*” (p. 289). Partindo do princípio de que uma ameaça militar chinesa é inexistente ou, na pior das hipóteses ainda muito distante, Kissinger entende que o interesse americano será muito mais facilmente alcançado a partir da cooperação com a China. Ao mesmo tempo, adverte que a China não é a Alemanha nem a Rússia, seja por razões históricas (o país existe com autogoverno há quatro mil anos) seja por motivos político-ideológicos, como demonstrado pelos ensinamentos de ação estratégica de Sun Tzu ou pelos quatro ‘não’ e os quatro ‘sim’ tão enfáticos do Presidente Hu Jintao, por exemplo – *não à hegemonia, à força, a blocos e à corrida armamentista; e sim à construção da confiança, a reduzir as dificuldades, a desenvolver a cooperação e a evitar a confrontação* (p. 292). Não é por outro motivo que a posição realista de Kissinger “*é extraordinariamente semelhante à doutrina chinesa de heping jueqi (literalmente emergir precipitadamente de modo pacífico).*” (p. 291) Problemas com a doutrina chinesa e com a de Kissinger existem nos dois lados. Do lado americano, a existência de longa e disseminada “sinofobia” vem sendo mais recentemente reforçada pelas tentativas chinesas de adquirir empresas petrolíferas nos EUA, o que tem

aumentado as apreensões do eleitorado americano. Do lado chinês, existem restrições de dentro e de fora do Partido quer quanto aos sentidos contidos na idéia de *emergir* quer quanto às conseqüências do que pode ser entendido por *de modo pacífico*. No primeiro caso, porque pode difundir o sentimento de ameaça e no segundo pelas atitudes agressivas que podem estimular no comportamento do Japão e de Taiwan.

Do mesmo modo que Kissinger, James Pinkerton é um duro crítico da estratégia de contenção militar de Kaplan. No entanto, ele é ainda mais crítico da proposta ‘kissingeriana’ de acomodação. No primeiro caso, porque uma coalizão suficientemente ampla para tal enfrentamento com a China – nos moldes da organizada para derrotar as aspirações alemãs – é hoje totalmente inviável. Por outro lado, a principal restrição à posição cooperativa advém das conseqüências que o aprofundamento do *outsourcing* (aquisição no exterior de peças para cortar custos), por si mesmo, um fator de aproximação EUA/China, pode provocar na capacidade produtiva americana de material bélico. E este enfraquecimento potencial é inaceitável aos falcões de Washington. Em tal contexto, a proposta que Pinkerton apresenta é a de uma estratégia de duas vertentes (*two pronged strategy*) que estimularia um equilíbrio de poder entre as atuais potências asiáticas (Índia, China e Japão) e outros *tigres* que porventura surgirem. Ao invés do enfrentamento direto, os Estados Unidos deveriam colocar um contra os outros. Arrighi encontra uma feliz denominação latina para esta estratégia de beneficiar-se com a luta dos outros: *tertius gaudens* (o terceiro alegra-se).

Depois de longa crítica a cada uma dessas propostas das quais um destacado argumento é apresentado como “*a grande muralha de ignorância a respeito da China*”, o autor desenvolve longa e detalhada interpretação da Economia Política chinesa, identificando as origens internas e externas da dinâmica de sua ascensão.

Por fim, o autor retorna a algo apresentado logo na introdução e que foi propositalmente deixado de lado até agora nesta resenha: a questão central de todo o seu trabalho. Afinal, ao iniciar seu percurso investigativo, Arrighi perguntava se a “*ascensão chinesa com todas suas inconsistências e possíveis reviravoltas futuras...* (poderia ser entendida) *como mensageira de maior igualdade e respeito mútuo entre europeus e não europeus... que Smith antecipou e defendeu 230 anos atrás.*” (p. 379) No final de seu trabalho, o autor conclui que a análise indica que sim, porém com importantes ressalvas. Como verdadeira vencedora da guerra americana contra o Terror, a China vem crescentemente avançando sobre a posição anteriormente ocupada pelos Estados Unidos na Ásia, de tal modo que a expressão **Consenso de Pequim**, cunhada por Joshua Cooper Ramo, aponta o exemplo chinês para outras nações do mundo “*não simplesmente para desenvolverem-se mas para integrarem-se na ordem internacional de modo a permitir que*

sejam verdadeiramente independentes para protegerem seu modo de vida e (suas) escolhas políticas.” (p.379)

O livro termina advertindo que o caminho chinês, de modo algum, é sem percalços. Questões ambientais e redistributivas são partes muito atuais das tensões que o rápido crescimento fez aflorar na Economia e na sociedade chinesa. Desse modo, se a reorientação de rumos em andamento

(...) conseguir reavivar e consolidar as tradições da China de desenvolvimento auto centrado e baseado no mercado, de acumulação sem desapropriação, de mobilização de recursos humanos ao invés dos não humanos e de governo através da participação das massas na formulação de políticas, então existem chances para que a China esteja em condições de contribuir decisivamente para a emergência de uma comunidade de civilizações verdadeiramente respeitadora de diferenças culturais. Mas, se a reorientação fracassar, a China pode muito bem transformar-se em um novo epicentro de caos social e político que facilitarão as tentativas do Norte de restabelecer uma dominação global (hoje) em desintegração ou, para parafrasear uma vez mais Schumpeter, que contribuirão para que a humanidade queime-se nos horrores (ou glórias) da escalada de violência que tem acompanhado a liquidação da ordem mundial estabelecida pela Guerra Fria. (p.389)⁴

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRIGHI, G. & SILVER, B. *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

VIDA SOB CERCO: VIOLÊNCIA E ROTINAS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Resenha do livro de MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, 316p.

Dinaldo Filho⁵

Vida sob cerco traz à baila o impacto da transmutação das rotinas de vida no ambiente urbano violento do Rio de Janeiro, em especial nas favelas. Estes são os lugares onde os cariocas mais sofrem com a ameaça da violência, relacionada, de um lado, às atividades criminosas ligadas ao tráfico varejista de drogas ou às milícias, e, do outro, ao assédio feroz ou corrupto da polícia.

⁴ Esta citação e os trechos e palavras em itálico são traduções do original em inglês feitas pelo autor desta resenha. (AB).

⁵ Doutorando em Sociologia do IUPERJ.

Viver em tais circunstâncias deriva em uma experiência de confinamento territorial, produzido por eventos fora de controle, em graus e intensidades muito maiores do que aquela que atinge o conjunto da população da cidade, igualmente assoberbada por episódios violentos que se repetem sem cessar (MACHADO, 2008: 13-14).

A obra é resultado do trabalho dos pesquisadores Juliana Farias, Jussara Freire, Lia de Mattos Rocha, Luis Carlos Fridman, Márcia Pereria Leite, Patrícia Birman, Pedro Paulo Oliveira e Wania Amélia Belchior Mesquita, coordenado por Luiz Antonio Machado da Silva.

Investigar um cotidiano modulado ininterruptamente pelo jugo da violência, com o objetivo de compreender os efeitos deste processo sobre a sociabilidade nas favelas do ponto de vista dos seus moradores, exige romper o cerceamento da palavra, intervir na realidade social para trazer aqueles que vivem sob o cerco para o centro do debate sobre a “violência urbana”. É preciso, portanto, dialogar com eles, abrir um espaço seguro para que possam expor e compartilhar suas experiências de vida, hoje confinadas a céu aberto e silenciadas sob risco de morte. Tal contexto torna delicado e complexo o trabalho de descrever e avaliar dos efeitos da violência urbana nos territórios segregados da cidade, atingidos como alvo de uma política de segurança pública inspirada em certa mentalidade global ou cosmopolita de contornos e conteúdos sombrios, aquela da “*segurança contra os outros e não com os outros*”, como tão bem definiu Bauman.

Em *Vida sob cerco*, as frágeis redes de sociabilidade que enredam os diversos atores desse cenário⁶ manifestam-se nas favelas de modo caleidoscópico e vertiginoso. Os dispositivos sociais, culturais e políticos que regulam as rotinas dos moradores passam por reconfigurações bruscas e forçadas, são fraturados, afastados ou aniquilados para serem rearranjados, continuamente, em função das expectativas imediatas ou presumidas de violência (física ou moral), protagonizada pelo submundo do crime e pelas ações truculentas da polícia. Estas últimas, por serem legitimadas pelo espectro do medo coletivo, atizado pelos meios de comunicação e associado ao desinteresse das classes abastadas pela vida da população favelada, adicionam um terceiro elemento ao cerco de opressão material e simbólica: o estigma e as relações de discriminação nele embutidas.

Por diferentes ângulos e temas de análise⁷, os autores demonstram como a confiança necessária ao fluxo regular das rotinas nas favelas é abalada, impedindo o estabelecimento de um padrão compartilhado de sociabilidade entre os moradores e entre estes e o restante da cidade. Como resultado, eles se encontram cada vez mais “asfixiados” e apartados da convivência social,

⁶ Moradores, religiosos, traficantes, milícias, policiais, políticos, ONGs, mídia e as classes médias e altas cariocas.

⁷ Como, por exemplo, a ação coletiva nas favelas, os projetos sociais, a religião, as associações de moradores, a relação entre a juventude e a criminalidade, a subcultura do crime e da polícia e os deslizamentos de sentido da noção de “comunidade” para os favelados e para os agentes políticos.

circunstância cruel que gera o sofrimento psicológico, a suspensão sucessiva das identidades e a perda daquilo que Giddens chamou de “*segurança ontológica*”.

Os pesquisadores desenvolvem um estudo coletivo profundo das interações sociais violentas vividas pela população favelada, tomando como base empírica o acompanhamento etnográfico sistemático desta realidade e, também, os relatos de mais de 150 informantes de 45 favelas diferentes, ouvidos em “coletivos de confiança”⁸. No foco das análises estão as ações, as disposições subjetivas e os aspectos cognitivos e morais que norteiam os moradores, bem como as dinâmicas das situações de violência no modo como são vividas e elaboradas pelos atores envolvidos. É da perspectiva dos entrevistados que emerge o fio condutor decisivo das abordagens, a saber: as reflexões dos favelados acerca da “*contigüidade territorial inescapável*” com os bandos armados vinculados ao tráfico, ponto de gravidade em torno do qual orbita a violência brutal da polícia e das milícias, caracterizada pela repressão letal, pelo conluio ou pela disputa com as facções criminosas rivais pelos diversos segmentos da economia do crime⁹.

Um outro desdobramento avaliado desta condição forçada é a desconfiança das populações “de fora” em relação às “de dentro” das favelas, sentimento manifestado até mesmo entre os próprios moradores que vivem e circulam nas margens do Estado (DAS; POOLE.:2004).

Supor uma experiência dos favelados ‘a salvo’ de todos os vínculos e percalços da realidade é simplesmente desconhecer o universo de relações estabelecidas nas regiões onde estão condensadas a segregação territorial e a diferenciação de classe. (FRIDMAN, 2008: 88).

O fantasma do estigma de “bandidos ou quase bandidos”, difundido no senso comum a partir da identificação superficial e grosseira de uma suposta convivência entre moradores e traficantes, assombra toda a população favelada. A contigüidade territorial não desejada opera no senso comum como base para uma aproximação mecânica entre o crime e todo o dinheiro nele envolvido e as relações de parentesco, de amizade, de vizinhança ou das atividades políticas locais. Ao contrário, ocorre um movimento radicalmente inverso: os moradores buscam o distanciamento social, simbólico e moral dos traficantes¹⁰, postura que se revela insuficiente para

⁸ Grupos focais amplos e heterogêneos, composto por homens e mulheres com ou sem engajamento em trabalhos comunitários, dirigentes de associações de moradores e de projetos sociais, mães de família, jovens entre 15 e 24 anos, religiosos e ex-traficantes, selecionados em função do interesse que possuam na pesquisa e do conhecimento prévio que tinham com algum dos pesquisadores, tendo em vista a necessidade de confiança recíproca e, também, de garantia de liberdade de expressão.

⁹ As drogas, as armas, os subornos ou o comércio ilegal de bujão de gás e de sinais de TV a cabo e transportes clandestinos, como no caso dos “milicianos”, também estudado.

¹⁰ O que acontece das formas variadas: não usar drogas, não aceitar favores dos traficantes, participar de atividades comunitárias ou religiosas compõem, por exemplo, o repertório de afastamento.

evitar a desqualificação das lideranças, a corrosão da organicidade política, a desestruturação familiar e o rompimento dos laços afetivos de sociabilidade nas comunidades.

Seja na favela ou em circulação pelos diferentes bairros e localidades do Rio de Janeiro, todos são obrigados a um esforço emocionalmente desgastante denominado pelos autores “*limpeza simbólica*”, “isto é, a necessidade de demonstrar ser ‘*pessoa (ou grupo) de bem*’, a fim de ganhar a confiança do Outro”, o que raramente alcança êxito nas mais diversas situações vivenciadas. Em simultâneo, o medo e as dificuldades de expor abertamente os problemas da vida cotidiana aos familiares, aos amigos e aos vizinhos, assim como de denunciar a violência criminal e policial que sofrem, silencia de maneira dramática e progressiva milhares de pessoas subjugadas pela força física da violência. Os “*estigmas sobre os moradores das favelas minam a legitimidade de suas denúncias e reivindicações no espaço público*” (LEITE, 2008: 118), principalmente no acesso às instâncias judiciais na luta pela responsabilização penal de criminosos e de policiais envolvidos com execuções sumárias e ocultação de cadáveres.

Neste diapasão, os autores destacam que, apesar da violência estatal desumana que os atinge, as críticas dos moradores nunca é direcionada à instituição policial ou à violência da força empregada. Elas estão voltadas para a “falta de seletividade” dos alvos e, igualmente, para as relações corruptas e para a diferença de tratamento nas favelas e nos bairros nobres da cidade. Em outras palavras, criticam a “*desigualdade de desproteção*”, sustentada pela “*territorialização discursiva da violência*”, cuja lógica consiste em vincular a retórica da “fábrica de marginais” às políticas repressivas de segurança praticadas nas áreas segregadas.

Como revelam os autores, uma fala mal colocada ou uma ação não calculada em situações de risco nas favelas podem acionar os dispositivos da violência arbitrária da polícia ou infringir as leis voláteis de conduta impostas aos moradores pelos traficantes. Essas “regras”, na verdade, são instituídas ou destituídas de acordo com a “troca de comandos¹¹” ou as oscilações de humor e a criatividade perversa de bandidos cada vez mais jovens, agressivos e impulsivos. É a chamada “geração Bin Laden”, categoria nativa evocada nos coletivos de confiança. *Vida sob cerco* demonstra que a chamada “Lei do Tráfico” é um mito midiático: apesar de existirem normas incontornáveis, não há um padrão coerente. A rotina dos moradores das favelas é mais imprevisível e perigosa do que se pode imaginar, justamente porque a grande maioria da população não compactua com as atividades criminosas, mas é obrigada a conviver e às vezes

¹¹ Substituição do domínio de uma facção criminosa por outra em determinada favela, nas disputas armadas e sangrentas pelos pontos de venda de drogas a varejo: “*Estar atento às trocas de comando pode significar se manter vivo em muitas circunstâncias. Saber localizar as fronteiras e atualizar-se em relação às trocas de comandos das facções são dois elementos importantes do conjunto de informações acumuladas pelos moradores para tentar organizar suas rotinas*” (Farias, 2008: 180).

estabelecer contato forçado com os agentes da violência que os subjugam por todos os lados e todos os dias em seu território de moradia.

Ancoradas nos sentidos que os agentes e as vítimas atribuem às práticas violentas, as análises deslocam o olhar das linhas de interpretação hegemônicas da criminalidade. Estas permanecem circunscritas, de um lado, ao entendimento do crime nos limites das normas legais e administrativas infringidas (integridade física e patrimonial), e, do outro, aos baixos custos de oportunidade do crime vinculados à falência dos órgãos de segurança. Na inversão da chave de leitura, a “violência urbana” é tomada enquanto representação social estratégica para o entendimento do crime violento, isto é, como expressão uma ordem social sensível, indicadora um conjunto de práticas orgânicas que confere o sentido restrito da violência e da submissão para seus os agentes e vítimas: “*a transformação da força, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de coordenação das ações*”, pautado pela instrumentalização das pessoas, pelo interesse individual e pela realização de desejos e emoções imediatistas.

Este princípio, condensado na noção de “*sociabilidade violenta*”, instaura de modo coexistente dois padrões de sociabilidade inconciliáveis e autônomos: o primeiro, o da ordem da “violência urbana”, é estruturado no recurso à força física como preceito das relações sociais, o que dilui as fronteiras entre os mundos político, econômico e moral, atrofiando a produção de sentido; o segundo, o da ordem “institucional-legal”, é centrado no apaziguamento dos conflitos sociais através do monopólio Estatal da violência, sendo a força física do crime enquadrada em categorias jurídico-formais e nos termos da restauração da ordem pública. Em *Vida sob cerco*, o desenvolvimento independente de cada uma dessas formas de vida, assim como as mutações internas que elas sofrem, ocasionam apenas alterações marginais nesses dois campos que permanecem em tensão por contigüidade temporal e espacial. A questão da contigüidade revela-se, portanto, o elemento nodal da representação da “violência urbana” e da sua compreensão, atravessando todo o tecido social e encontrando seus pontos de tensão e de recuo na extensão da força física (armada) com que podem contar os portadores de uma forma de vida violenta.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.) **Anthropology in the margins of the state**. New Delhi: Oxford University Press, 2004.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

INVENÇÃO, RECONVERSÃO E CIRCULARIDADE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Resenha do livro de IVO, Anete Brito Leal. *Viver por um fio: pobreza e política social*. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH, 2008, 258 p.

Eduardo Paes-Machado¹²

A escuta veio antes da leitura que, por sua vez, ajudou a confirmá-la. Antes de este livro chegar às minhas mãos, tive a oportunidade de assistir sua apresentação oral. Fiquei e ainda estou impressionado com o acúmulo maduro, lúcido e perspicaz de conhecimentos sociológicos a serviço do trabalho de desvendamento da “política das políticas sociais”, como disse o nosso saudoso Vilmar Faria em comunicação pessoal.

Nesta obra de maturidade, a autora acionou um vasto, diversificado e concentrado arsenal do que se pensou de melhor nas sociologias francesa, brasileira e anglo-americana sobre a sócio-lógica das políticas sociais nos diversos estágios do desenvolvimento e articulação da economia de mercado com a esfera público-estatal. Particularmente importante é o diálogo travado com autores franceses pouco difundidos no campo acadêmico brasileiro, a exemplo de François Ewald e, em uma menor medida, Jacques Donzelot.

Entre vários notes que poderíamos escolher no corpo do trabalho, o da “dupla hermenêutica”, proposto por Anthony Giddens e reiterado pela autora, define bem o escopo da sociologia da pobreza e das políticas sociais feitas por ela: a recusa plena e assumida da reificação da teoria e dos objetos por ela configurados.

A vida social e o saber sociológico se inter-fertilizam, se desafiam e se corrigem por meio de circuitos imbricados, irônicos e paradoxais de retro-alimentação. Tradições teóricas são criadas e, ao modo de malabaristas de circos, cedem seus ombros para novas e mais argutas construções intelectuais.

O livro analisa a constituição da questão social como uma *grande invenção coletiva* da modernidade, na qual as forças sociais e políticas, o projeto sociológico e a formação dos Estados nacionais estavam diretamente imbricados. Ele busca responder a duas grandes questões: de que modo a questão social emerge como problema sociológico no contexto da modernidade, em torno da organização do trabalho? Como as novas mudanças político-econômicas e institucionais, no período de 1980 a 2000, condicionam o encaminhamento da *questão social* no Brasil contemporâneo?

¹² Sociólogo, Professor Doutor do departamento de Sociologia da UFBA e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

O argumento central desta análise é que a “invenção do social” participa da constituição da modernidade e esta envolve tanto as condições de estruturação e formação da ordem social capitalista, como a capacidade auto-reflexiva e crítica de intervir sobre os destinos da sociedade e do “homem emancipado”: o trabalhador livre, que a acompanha.

Nesse sentido, ao usarmos a dimensão criativa da “inovação social” da modernidade, estamos nos referindo tanto às formas históricas de regulação social instituídas no âmbito de forças sociais em luta, nas sociedades urbano-industriais, como à dimensão crítica do conhecimento dessa própria ordem social. É a compreensão das relações problemáticas entre essa dupla dimensão que constituiu a autonomia do novo “social” na modernidade. (IVO, 2008, p. 37)

Buscando responder essas questões, o livro se estrutura em duas grandes partes, constituídas, cada uma, de quatro capítulos. A *primeira parte* trata da *grande inovação social* do Estado social, que analisa as forças sociais em embate (liberalismo e socialismo). O diálogo se estabelece com a contribuição de autores clássicos (Tocqueville, Marx, Engels e Simmel) sobre o fenômeno da pauperização, entendida como o fenômeno empírico sobre o qual se constrói a crítica ao utilitarismo, e as implicações para a construção de categorias da ação prática, numa sociologia da adaptação social que objetiva intervir sobre a sociedade. Essa parte culmina na discussão dos antecedentes históricos da questão social no Brasil, no resgate do fenômeno da *desocupação* e das profundas desigualdades sociais e das teses críticas da modernização periférica.

As razões dessa iniquidade não são exclusivamente econômicas, mas se referem a um padrão altamente concentrador de renda e poder, garantido por uma herança lusitana de relações políticas e sociais autoritárias, que, desde a época colonial, mantiveram à parte “homens livres”, moradores do campo e das cidades, considerados, então, como “desocupados”, “vadios”, “vagabundos”, e depois “marginais” ou “resíduos” frente aos setores hegemônicos da economia. Radicaliza-se, na formação da sociedade brasileira a oposição entre “homens úteis, os que detêm patrimônio, e os inúteis, os homens livres não proprietários. (IVO, 2008, p. 109)

A *segunda parte* do livro – *A reconversão da questão social no Brasil* – analisa os dilemas da questão social brasileira, no período entre 1980 e 2000, focalizando as políticas de assistência por transferência de renda e seus efeitos sobre a segmentação social. As políticas sociais são compreendidas, nas suas linhas de força, como objetos dinâmicos e campos de *controvérsias* práticas e simbólicas acerca dos problemas do desemprego, da pobreza e da exclusão social.

As políticas sociais são apreendidas analiticamente como objetos dinâmicos [...]. Elas envolvem embates e deslocamento de atores sociais e

de sentidos no campo da prática e estão submetidas a categorias de conhecimento, do re-conhecimento e da crítica dos problemas sociais do desemprego, da precarização, da pobreza e da exclusão social. (Ivo, 2008, p. 27)

Em meio a essas disputas, a autora chama a atenção para as operações circulares que permeiam as políticas focalizadas e estreitam o conflito redistributivo na base, entre pobres e quase pobres. Daí a criação de uma *circularidade do social*, um fechamento do social sobre si mesmo, que é incapaz de forjar vínculos civilizatórios e ressocializar a economia e a política.

Na perspectiva metodológica da autora, novas “arrumações” da questão social precisam ser avaliadas nas suas particularidades concretas e sob uma perspectiva que apreenda, mas relativize sua novidade. O capitalismo neoliberal das últimas três décadas tem sido um exemplo de re-arrumação da sociedade e do saber sociológico. Se o olhar sobre o capitalismo social ou *welfarista*, para utilizar um termo de David Garland¹³, que se seguiu ao capitalismo liberal, ficou cativo dos modos de representação teórica suscitados por esse último, a difusão do capitalismo neoliberal suscitou um repertório crítico diferenciado sobre as especificidades assumidas pelo social e por seus mecanismos de regulação nesses estágios.

Seguindo a promissora discussão de Donzelot, Ewald e Castel, a autora recupera o significado da passagem da regulação baseada na responsabilidade e fundada no direito civil para uma noção de proteção social e socialização de riscos que tanto modificou o significado da pobreza sob o capitalismo *welfarista*. Nessa linha, a autora encontra espaço para examinar o seguro, embutido ou não, nos contratos de trabalho, como um diferencial nas políticas sociais que contribuiu para reduzir as desigualdades e minimizar a insegurança de vastos contingentes da população. O “social”, reafirma a autora, não é um lugar específico, mas remete a mediações institucionais entre a economia e a política que definem os vínculos coletivos de pertencimento e a natureza do contrato em uma dada sociedade.

Todo esse debate, que impregna o livro como um todo, mas está concentrado nos capítulos da primeira parte, opera como uma moldura para a discussão do que a autora denomina, para citar o título do quarto capítulo, “o enigma brasileiro da questão social”, entendido como a reprodução ampliada de desigualdades sociais, geradas inclusive por formas institucionais excludentes. A igualdade, como princípio basilar do desenvolvimento, esteve ausente do paradigma histórico brasileiro. Após analisar as tendências neoliberais da reforma do Estado social no período entre 1980 e 2000, quando a solução para a estagnação econômica envolveu a adoção do amargo receituário neoliberal do “tudo para a empresa privada” e da desregulamentação dos mercados, a

¹³ GARLAND, D. *La cultura del control: crimen y orden social en la sociedad contemporánea*. Barcelona: Gedisa. 2005.

autora aborda a reintrodução e a re-tematização das políticas sociais sob a ótica dos programas focalizados de combate à pobreza.

É nesse terreno, da avaliação crítica das políticas focalizadas, que o livro atinge, sem perda de fôlego, seu clímax. O recurso sistemático à análise de agregados estatísticos sobre ocupação, renda, emprego e distribuição de benefícios sociais por domicílios, entre outros indicadores, permite à autora demonstrar as possibilidades e limites desses programas: a redução, favorecida pela recuperação relativa dos níveis de emprego, da indigência, sem acabar com a pobreza.

Na contramão dos críticos de má fé, que apenas expressam a relutância dos privilegiados a abrirem mão dos seus anéis, e dos complacentes de plantão, que parecem ter esquecido o significado do senso crítico, a autora esmiúça, de modo cuidadoso, as políticas focalizadas que têm predominado na última década. Trata-se de políticas que, objetivando socorrer as aflições das camadas mais miseráveis, fraturam e reconfiguram a identidade social dos trabalhadores pobres, seja aprofundando clivagens intra-classe – trabalhadores rurais versus trabalhadores urbanos –, seja deixando amplos segmentos desassistidos ou condenados ao mundo sombrio retratado no excelente filme *Linha de Passe*, de Daniela Thomas e Walter Salles. É o que a autora designa, no capítulo VII, como “coletivos de destino”,

O contingente de indivíduos em condição de miséria e pobreza assistidos pelos programas sociais transforma-os em “coletivos de destino”, objetos da ação pública da assistência.

[...] Esse “enquadramento” de trabalhadores como “coletivos de destino” e sujeitos do consumo filtra as representações e práticas dos agentes públicos e dos cidadãos e os constituem, como diz Bourdieu (1977), como uma “classe para o outro”. (IVO, 2008, p. 228)

Em outras palavras, os programas focalizados atuam com base no conceito de pobreza absoluta e não relativa e supõem uma desconexão entre proteção e trabalho que gera seletividade, segmentação e individualização social.

Os mecanismos operativos da nova política social, nas décadas de 1990 e 2000, apresentam, assim, uma ambigüidade: de um lado, representam uma ampliação pública de proteção para as famílias em situação de pobreza extrema, atendendo a pessoas em situação de indigência e cobrindo parte do setor informal do mercado de trabalho; por outro lado, o patamar da renda transferida não garante seguridade econômica, nem equidade de tratamento, se confrontado o nível de remuneração abaixo do patamar do salário mínimo [...] O problema é que os mínimos, em países do capitalismo periférico, como o Brasil, representam uma população de grandeza numérica considerável e em situação de pobreza extrema, exigindo um papel ativo do Estado no exercício da propriedade da redistribuição. (IVO, 2008, p. 216)

Contudo – e este é mais um grande mérito do trabalho –, a autora não encerra sua crítica na mera contemplação desse mundo sombrio. Ela termina o trabalho apontando a existência de oportunidades para repensar, refazer e *reinventar* mais uma vez o social brasileiro, neste começo do século XXI. Aqui, na semi-periferia do capitalismo, e alhures, nos países capitalistas centrais, o debate sobre os modos de regulação e modalidades de intervenção institucionalizada em benefício das camadas sociais excluídas continua mais aceso do que nunca. Por maiores que sejam as pressões e tentações para considerar a ordem das coisas como já dada, há espaço para a agência dos sujeitos ou para a compreensão que, como disse Antonio Machado, “*el camino se hace al andar*”.

O livro, por sua clareza, atualidade e coerência, é perfeitamente adequado para cursos de graduação e pós-graduação de ciências sociais e humanas.

INSEGURANÇA, MEDO E VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE ZYGMUNT BAUMAN

Resenha do livro de BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, 119p.

Francisco Alencar Mota¹⁴

Depois da acolhida que *Amor Líquido*, *Modernidade Líquida* e *Vida Líquida* teve em nível internacional, a mesma se repete com relação a *Tempos Líquidos*, obra do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, lançado no Brasil pela Jorge Zahar Editor, em 2007. Nessa, o autor atesta a existência de transformações profundas e sem precedentes na sociedade contemporânea, com implicações diretas na vida dos indivíduos e na ordem societal, assim caracterizadas: primeiro, a velocidade das transformações nas institucionais sociais e a conseqüente perda de referências para as ações humanas; segundo, o divórcio entre poder e política, pactuados na modernidade, em função do distanciamento das esferas de decisão política em relação ao Estado-nação e o conseqüente descontrole social e perda da legitimidade decorrente, do que resulta o aumento da violência no plano local; terceiro, a perda de substancia da solidariedade, da “comunidade” e dos

¹⁴ Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral, CE, Pós-Doutorando em Cultura Contemporânea, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

laços inter-humanos, sobretudo no que se refere à segurança dos indivíduos, decorrente dos processos anteriormente mencionados; quarto, o colapso do pensamento, do planejamento e da ação a longo prazo; por último, a responsabilização recaída sobre o indivíduo quanto aos dilemas diversos gerados por esta nova ordem de coisas.

No primeiro, dos cinco capítulos que compõe a obra, intitulado *A vida Líquido-Moderna e Seus Medos*, Bauman retoma a sabedoria dos antigos que associa a paz à justiça para caracterizar pela ausência desses valores e a perda dessa associação nos tempos atuais as raízes morais dos males que nos assolam no presente tempo, sintetizados pelo medo, pela insegurança e pela completa falta de controle e previsibilidade quanto a esta realidade e mais especificamente quanto à superação dos problemas decorrentes, nesse sentido. Coloca na base desse contexto o que ele denominou de “globalização negativa”, definida por um tipo de “sociedade aberta”, em que tudo o que acontece nos mais longínquos espaços não escapa ao nosso conhecimento, nem deixa de atingir diretamente a vida social e individual. O negativo da globalização está mais especificamente no caráter seletivo do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da violência e das armas, do crime e do terrorismo, em proporções que ultrapassam as fronteiras territoriais, atingindo as esferas da vida privada de todos os indivíduos, indistintamente. O autor conferirá maior ênfase ao caráter ideológico do discurso em torno da segurança que se prestará de novas bases de legitimação política, num contexto histórico em que as bases sociais que outrora legitimaram o Estado-nação, sobretudo na forma do estado de bem-estar social, foram solapadas com a globalização. Assim, ao mesmo tempo em que vivemos numa sociedade pautada na instabilidade, incerteza e insegurança que assolam todas as esferas da vida social – mundo do emprego, redes de amizade, status social, auto-estima, etc – condensadas no sentimento obsessivo do medo, tal sentimento se prestará, por outro lado, à fabricação de um discurso em prol da segurança que servirá a uma nova forma de legitimação política. O medo e a conseqüente obsessão por segurança se transformam, assim, num fator motriz da vida humana social e sobretudo individual, adentrando todas as dimensões da esfera da privacidade – a saúde, a segurança pessoal contra a criminalidade, as relações inter-pessoais, a segurança previdenciária, etc –, sendo sustentados de forma midiática e imagética por meio dos *mass media* em proporções internacionais, de forma que o problema do terrorismo e da criminalidade nos mais longínquos cantos do mundo se tornam matéria de interesse a indivíduos em qualquer parte do mundo. Nesse sentido, o autor cunha as expressões “capital do medo”, “círculo vicioso do medo”, “fantasma do medo” para caracterizar o estado obsessivo em que nos encontramos, conseqüência de uma intencionalidade política que não se legitima mais pelos padrões sociais do estado de bem-estar social, agora substituído pelo discurso em torno do “Estado da proteção pessoal”, assentado no sentimento do medo.

No segundo capítulo, intitulado “A Humanidade em Movimento”, Bauman explicita uma das faces mais perversas do discurso em torno da segurança – a que tem a ver com a condição social dos refugiados e imigrantes. Partindo do que Rosa Luxemburgo havia previsto acerca da característica de o capitalismo se nutrir de ambientes não-capitalistas, o autor debruça-se sobre o que ele considerará o “lixo humano” produzido pelo capitalismo global contemporâneo comparável, ainda que em situações mais agravantes, ainda, ao lixo material. Refere-se a um enorme contingente humano de imigrantes refugiados, oriundo sobretudo de contextos bélicos e dissidências étnicas e políticas locais que acabam sendo expulsos e indo parar em países a maioria do capitalismo central, ficando confinados em “campos de refugiados” que lhe servem de abrigo. O que constituirá tais contingentes produtos das contradições capitalistas e vítimas das incertezas e violência contemporânea está no fato de não mais haver para eles caminho de volta a qualquer tipo de reintegração social (quer nos seus países de origem, onde deixaram tudo que possuíam, quer nos países onde se encontram agora), cumprindo os “campos de refugiados” o papel implícito de manterem-nos afastados, excluídos, haja vista não serem mais reintegrados à esfera econômica e, conseqüentemente, sociocultural. Tais vítimas da globalização crescem muito mais do que a própria capacidade de a produção econômica precisar deles, não cumprindo mais nenhuma outra função quando não estiverem mais integradas às estruturas econômica, daí não restarem nenhum outro caminho além do confinamento nos referidos campos.

Os refugiados são a própria encarnação do “lixo humano”, sem função útil a desempenhar na terra em que chegam onde permanecerão temporariamente, e sem a intenção ou esperança realista de serem assimilados e incluídos no novo corpo social (BAUMAN, 2007: 47)

O autor destaca ainda dois pontos que corroboram para a análise que empreende acerca dos refugiados. A primeira delas diz respeito às próprias políticas implementadas pelos poderes públicos dos principais Estados, a maioria destes, centrais do capitalismo, que atuam no sentido de reduzir e dificultar a entrada de imigrantes, integrando a isso as ações de deportação. A segunda, concernente à ajuda humanitária que contraditoriamente acaba, sob certas circunstâncias, por corroborar com tais políticas.

O autor conclui sua análise da condição em que se encontram os imigrantes refugiados definindo-a como de um movimento para lugar nenhum, ou “de via única” já que perderam sua pátria de origem e não foram integrados a nenhuma outra. A ausência de uma identidade que os localize em algum lugar resume essa condição de “permanentemente temporária”, não sendo nem sedentários, nem nômades, “suspenso num vácuo espacial em que o tempo foi interrompido”; lixo humano, porém sem direito nem à reciclagem.

No terceiro capítulo, intitulado *Estado, Democracia e a Administração dos Medos*, Bauman explicita as origens e características da insegurança e medo na sociedade contemporânea, mais especificamente, na segunda fase da modernidade, no contexto das transformações históricas, no que pese o papel do Estado e a democracia. Nesse sentido, distingue três fases históricas, assim enumeradas: 1. fase pré-moderna, caracterizada por vínculos sociais estabelecidos e duradouros, na qual prevaleciam a comunidade e as corporações; 2. primeira fase da modernidade, com a sobrevalorização do indivíduo, sob os auspícios do Estado, com um aparato institucional que lhe asseguraria direitos políticos – à qual o autor se refere como “fase sólida da modernidade”, e que se caracterizava pelo pacto entre o direito político e o direito pessoal como forma de proteção social contra os medos decorrentes das vicissitudes e arbitrariedades reais da época pré-moderna; e 3. fase líquida da modernidade, que coincide com o momento que vivemos hoje, caracterizada sobretudo pela desintegração dos vínculos estabelecidos na primeira fase da modernidade, mais especificamente do pacto supracitado, em que não bastou a associação entre os direitos políticos e pessoais para que a democracia deixasse de ser restritiva, limitada somente a uma classe minoritária de ricos, como forma de proteção, à exemplo da primeira fase, posto que se assentava sobre bases predominantemente econômicas, excluindo contingentes significativos dos “despossuídos”.

É a essa terceira fase que o autor se dedicará mais especificamente, assim como em toda a obra, para caracterizar os medos e as incertezas que atingem a numerosa classe dos excluídos sociais, desencaixada em relação tanto às formas de “solidariedade natural”, que caracterizou a fase pré-moderna, quanto à “solidariedade legal”, sob os auspícios do Estado, no início da fase moderna e mais ainda no atual momento histórico, em função da crise de administração e planejamento que atravessa o próprio Estado, sob os efeitos da globalização.

Fora do alcance de proteção efetiva do Estado, tais classes são relegadas à sua própria sorte e esforços individuais, sem esperanças (ou com falsas esperanças) de se verem novamente aproveitadas ou re-inseridas na ordem econômica e social, buscando, em grande parte na criminalidade organizada, uma nova forma de re-inserção comunitária, tornando-se para os outros (os incluídos) em “classes perigosas”, vítimas e ao mesmo tempo propulsoras do medo.

O caráter de exclusão ao qual essas classes estão relegadas adquirem na fase líquida da modernidade um novo significado, não mais o de transitoriedade, mas o de permanência, dada a irrevogabilidade de sua expulsão e fragilidade, consequência direta da decomposição do Estado social.

No quarto capítulo, intitulado *Fora de Alcance Juntos*, o autor desenvolverá a relação entre cidade, insegurança e medo, iniciando pela transformação que a cidade sofrera de um primeiro sentido, associado à segurança, ao sentido contrário que se tem hoje, como lugar de

medo e insegurança. As construções de muralhas e fossos separando as antigas cidades de seu entorno sinalizavam a proteção que seus habitantes sentiam contra o que lhe era externo, representação do perigo. Conforme suas próprias palavras, *nossas cidades se transformam rapidamente de abrigos contra o perigo em principal fonte desse mesmo perigo*. A julgar pelos estilos arquitetônicos, pelas propagandas imobiliárias e de proteção pessoal, e pelos desejos de consumidores residenciais, tem-se claramente a comprovação do fator medo e insegurança determinando o cotidiano habitacional e vivencial em geral do indivíduo na cidade, ou o que o autor mencionada a partir de uma citação, uma nova “estética de segurança”. Tal fator se associa, ou constitui a causa de um novo padrão de relação social vivido à distância, de dentro de suas próprias residências fortificadas, facilitado pelos canais virtuais e cibernéticos, embora que limitados à classe social economicamente superior. Enquanto isso, as classes sociais mais pobres, excluídas desses canais, se mantêm nos padrões tradicionais de relação social, definido pela proximidade, em função da condição de “evitação” imposta pela primeira, associadas à criminalidade e à violência.

Em seguida, Bauman discutirá as implicações dos vínculos entre as determinações globalmente orientadas e a cidade, enquanto espaço local. O autor advoga que o distanciamento das elites com relação ao vínculo local, na cidade, não pode transparecer absoluto, já que ninguém pode escapar de seu próprio espaço de forma permanente, apenas transitória, assim como a cidade não pode ser vista unicamente em função das políticas que a orientam em nível local, ainda que tais políticas tendam a se constituir mais em função dos problemas julgados prementes (leia-se: locais). E isso se deve a uma contradição existente, assim exposta: *os verdadeiros poderes que modelam as condições sob as quais agimos atualmente fluem num espaço global, enquanto nossas instituições de ação política permanecem amplamente presas ao solo, locais*.

Tal paradoxo explica para o autor em grande parte as incertezas que advém das políticas urbanas sob a orientação acima descrita, já que as mesmas não vislumbram, por acharem distantes, as determinações globais sobre a vida das cidades, redundando isso em sentimentos de insegurança e medo, função dessas políticas se tornarem sobrecarregadas quanto à condução dos resultados decorrentes na vida das cidades.

O autor conclui o capítulo referindo-se a dois fenômenos que coexistem na cidade: a *mixofobia*, termo que significa a repulsa e o medo à variedade de tipos humanos e de estilos de vida que se tornam cada vez mais inevitáveis nas cidades globalizadas, e a *mixofilia*, termo que, ao contrário do primeiro, diz respeito à atração que o diferente, o estranho exerce sobretudo àqueles que tentam fugir da monotonia do mesmice. Critica as tentativas de superação do medo decorrente da mixofobia pela evitação de lugares e pessoas “estranhas”, uma tendência que ele a define como a busca pela “comunidade da mesmice”, ou seja, a tendência dos “mixófobos” a se

aproximarem somente dos que lhe são iguais. Ressalta, por outro lado, a ambigüidade que caracteriza as cidades sob os tempos líquidos como uma coexistência incômoda, mas necessária desses dois processos. Aponta como desafio a arte de se viver em paz e feliz com a diferença e de se beneficiar da variedade de estímulos e oportunidades decorrentes das diferenças.

No último capítulo, que o autor o escreveu a título de conclusão, intitulado *A Utopia na Era da Incerteza*, são feitas algumas considerações acerca dos projetos humanos, da felicidade, das frustrações e realizações, dos esforços e empreendimentos, dentre outros pontos no sentido de lançar bases para a convivência social numa época de incertezas e medo. Afirma que a utopia é uma criação moderna, mas que experienciada de diferentes formas ao longo da história da modernidade, descrevendo cada uma destas formas de maneira metafórica, através das imagens que escolheu – do guarda-caça, do jardineiro e do caçador. Conclui com uma posição muito mais analítico-existencial que normativa apontando para a condição humana que define o homem como um ser em busca da minimização de sua infelicidade e máxima gratificação quanto a um mundo imaginariamente possível.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007

SOB OS HOLOFOTES: PENSANDO AS CELEBRIDADES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Resenha do livro de ROJEK, Chris. *Celebridade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008, 223p.

Irapuan Peixoto Lima Filho¹⁵

Vivemos em um mundo habitado por divindades. Embora o filósofo Jean-Paul Sartre tenha declarado que “Deus morreu!”, o século XXI se vê tomado por um culto a seres especiais que ocupam espaço nas conversas das “pessoas comuns”, que têm suas histórias e trajetórias contadas com tratamento de lenda, que servem de “exemplo a ser seguido” para as pessoas e movimentam paixões e adorações por vezes extremas. Não estamos falando do panteão grego ou das religiões formais, mas de um aspecto mais mundano da vida contemporânea: as celebridades.

Em vista da marcante presença das celebridades no imaginário popular, não é de estranhar que sejam objeto de estudo da sociologia. A preocupação, aliás, nem é recente: Edgar Morin escreveu, ainda na década de 1950, a obra *Les Stars*, onde se ocupa do papel social das estrelas do

¹⁵ Sociólogo, doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará.

cinema hollywoodiano. Uma produção mais recente acaba de chegar às livrarias brasileiras: *Celebridade* do sociólogo britânico Chris Rojek, professor da Nottingham Trent University, publicado originalmente em 2001.

O objetivo do autor é pensar sociologicamente a categoria *celebridade* e refletir em quais condições sociais e históricas lhes foram possíveis surgir, bem como alguns resultados de sua existência em nossas sociedades contemporâneas. A conceituação de celebridade que adota é relativamente simples e não muito distante do que o senso comum diria sobre elas: personalidades que atuam geralmente nos campos da arte e dos esportes (mas que também “freqüentam”, hoje, diversos outros, tais quais a política) que se tornam “famosas” tanto por seu trabalho quanto por causa de aspectos vários de sua vida social e, uma vez “lá”, são objeto de um tipo de culto, admiração, curiosidade, paixão por parte de um número inimaginável de pessoas não somente no mundo ocidental.

A argumentação de Rojek é de que três processos históricos distintos terminaram possibilitando a emergência desse fenômeno social. Em suas palavras “primeiro, a democratização da sociedade; segundo, o declínio da religião organizada; terceiro, a transformação do cotidiano em mercadoria” (p. 15).

Para ele, é um processo que se inicia ainda no século XVIII, porém, somente nas primeiras décadas do século XX é que vai se configurar de uma forma mais completa. As grandes transformações sociais que acometeram as sociedades ocidentais nesse intervalo mudaram completamente seu funcionamento e fizeram surgir toda uma nova ordem de relações sociais.

Desse modo, o vazio deixado pela perda da crença na divindade dos reis, acompanhada pelo enfraquecimento das religiões organizadas, teve que ser preenchido no imaginário das pessoas, o que permitiu a ascensão das celebridades modernas. Reside aqui, talvez, uma das principais falhas do argumento de Rojek, que toma quase como natural a substituição da divindade dos reis e de Deus como o espaço ocupado pelas celebridades.

Ao tratar da conceituação de celebridade, o autor deixa claro que, além do fato de que sua adoração e culto é um aspecto cultural, celebridades são mercadorias dentro da sociedade contemporânea. Uma mercadoria que se apresenta não somente em si mesma, mas no próprio interesse sobre a vida privada das celebridades.

É sabido na sociedade contemporânea que – independente de seu conteúdo – discos são vendidos simplesmente porque foram gravados por *determinado* artista, assim, como filmes são assistidos pela presença de ator ou atriz específico. Obviamente, o “sucesso” de um ou do outro depende, em algum grau, de seu conteúdo, mas são as celebridades que chamam a atenção para o produto de consumo e permitem que ganhem visibilidade.

Com isso, as celebridades, argumenta Rojek, são mercadoria porque os consumidores desejam possuí-las, numa relação que transpassa a mera “admiração artística” e ganha contornos de admiração e desejo sexuais. Assim, é um mercado de produtos, mas também um mercado de sentimentos.

Esses indivíduos célebres, segundo o autor, pagam o preço por sua condição, pois vivem em um conflito permanente entre o que G.H. Mead chamou de “*eu* (o eu “verídico”) e o *mim* (o eu conforme visto pelos outros)” (p. 13). A celebridade tem que manter um rosto público que desperte o interesse das “pessoas comuns”.

No entanto, a despeito dessas características gerais, Rojek não trata as celebridades como um bloco monolítico. Para ele, a celebridade nasce a partir de três processos distintos, que geram tipos específicos do fenômeno: a celebridade conferida, a adquirida e a atribuída.

A celebridade conferida é aquela que nasce quase de um processo natural, porque envolve aspectos de linhagem e/ou hereditária, como no exemplo de filhos de celebridades muito famosas, embora, alerta o autor, é a conduta da celebridade em questão que vai permitir que o *status* de fama se mantenha ou não.

A celebridade adquirida é a mais comum, aquela em que indivíduos se tornam célebres supostamente por suas próprias realizações, como os nomes do esporte, do cinema, da música, da literatura, e também, da política, da economia, do jornalismo e de qualquer outra área que desperte o interesse de um grande número de indivíduos. É esta a principal categoria sob a qual Rojek depreende seus esforços.

Por fim, a celebridade atribuída é aquele que acomete “pessoas comuns” que, pelos mais diversos motivos, ganham *status* de celebridade, especialmente por causa da expansão da mídia que conhecemos no mundo contemporâneo e pela busca do que ele classifica de “pseudo-eventos”: acontecimentos (banais ou não) que servem de catalisadores para manchetes da imprensa.

Rojek chama de *celetóide* a celebridade atribuída para diferenciá-la do termo “celebridade” propriamente dito, porque o *celetóide* ganharia atenção concentrada, mas em geral, por pouco tempo, sendo “esquecida” em seguida. Além disso, destaca uma subcategoria de *celetóide*: o celetor, personagem fictício que pode tanto ter fama momentânea como tornar-se um tipo de instituição cultural. No segundo caso têm-se exemplos como Superman, James Bond, Mickey Mouse, Lara Croft etc.

Além de categorizar os tipos de celebridade do mundo contemporâneo, Rojek também faz uma revisão de três tipos distintos de abordagens, nas quais se tenta explicá-las ou entendê-las, e não somente numa perspectiva sociológica.

O autor identifica, primeiramente, uma abordagem subjetivista na qual a celebridade é explicada a partir de si mesma, como se seu talento fosse algo “natural”, “inigualável” e inexplicável, tomando emprestado algo da conceituação de Max Weber para a dominação carismática. Esta visão reconhece um tipo de singularidade naquele que se torna célebre.

A visão subjetivista da celebridade dominou especialmente no período da celebridade prefigurativa, que são aquelas anteriores aos tipos modernos de celebridade abordados por Rojek. Seriam celebridades prefigurativas os famosos da antiguidade, como Alexandre, *o grande*, Júlio César, os deuses gregos, Luís XV etc. A manutenção deste tipo de celebridade alimentava-se por algo de exibicionismo e chegava mesmo a aspectos místicos, religiosos ou divinos. Todavia, esses mesmos traços permanecem nas celebridades atuais.

Outra visão do fenômeno da celebridade é a de caráter estruturalista, que procura compreender a relação entre a conduta humana e o contexto onde ela se realiza. Dentro desse campo, há um vasto tipo de abordagens, como a da Escola de Frankfurt (Theodor Adorno, Herbert Marcuse) na qual a celebridade é usada como um veículo de dominação das massas por elites econômicas; ou a de Edgar Morin, que não despreza a anterior, mas acrescenta que elas são uma expressão de desejos frustrados por parte do público que as admira; bem como a de David Marshall que vê uma função política no fenômeno da celebridade que pode tanto ser usada como propaganda de um *status quo* como pode servir de resistência e mesmo de transformação, vide fenômenos contraculturais, como o rock rebelde ou o cinema *d'auteur* na Hollywood dos anos 60 e 70, mesmo que o destino seja, invariavelmente, a cooptação ao “sistema” após algum tempo. Rojek chama a atenção para o fato de que essa visão estruturalista sempre termina dando importância ao aspecto da ideologia no processo da celebridade.

Por fim, o autor identifica uma abordagem pós-estruturalista da celebridade onde se busca compreender não somente o contexto em que esta se insere, mas toda a relação que se cria entre seu conteúdo, seu consumo e a manipulação tanto pela mídia quanto pelo próprio público, bem como o reconhecimento de toda a “estrutura” que existe para além dos pólos da celebridade, de um lado, e do público, de outro, como empresários, assessores de imprensa, estúdios cinematográficos, produtoras independentes, gravadoras de discos, selos de distribuição e o mercado que se cria em torno dessa relação, como entrevistas, livros, notícias, biografias, autobiografias, pesquisas de opinião, a reação dos fãs etc.

Em torno de tais considerações, o autor organiza o livro em cinco capítulos: o primeiro, “Celebridade e Celetóides”, é dedicado à conceituação geral. O capítulo dois, “Celebridade e Religião”, enfoca a interação entre esses dois campos, ressaltando que não somente o público reconhece algo de divino nas celebridades, bem como estas compreendem tal relação e fazem uso consciente disso em seu favor.

De um lado, a manifestação do público perante seus ídolos por vezes assume o aspecto religioso ou místico, que segue a celebridade inclusive após sua morte, como no caso da tentativa de roubo do corpo do ex-presidente Abraham Lincoln, em 1876, ou do relativamente comum caso de roubo de lápides de pessoas famosas. Além disso, não se pode deixar de citar a situação do cantor Elvis Presley, pois parte de seu público acredita que ele nunca morreu e muitos fãs esperam sua reencarnação, existindo uma seita dedicada a sua adoração.

Rojek chama a atenção, no entanto, para o perigo da aproximação entre celebridade e religião com fins sociológicos, tendo em vistas alguns problematizadores, como as categorias de sagrado e profano, os cultos formais e a essência de elevação moral. Nem sempre tais questões estão presentes no culto à celebridade, mas algumas vezes sim.

Essa complexa relação de divindade com as celebridades por vezes criam obsessões perigosas, que levam à perseguição aos ídolos por fãs desequilibrados e, ocasionalmente, tragédias mais graves, como o caso de famosos assassinados por seus próprios fãs.

O autor complementa que, nas sociedades contemporâneas, aparentemente, a perseguição de um indivíduo em relação a outrem não se dá somente com celebridades, pois cita o exemplo de uma lei anti-perseguição aprovada no Reino Unido em 1997, que levou à condenação de mais de duas mil pessoas em apenas um ano de vigência. A visibilidade e a impressão de “intimidade” com a celebridade em relação às “pessoas comuns” só faz intensificar uma tendência que já existe.

Por outro lado, esse aspecto religioso toma proporções maiores porque a tradução da celebridade como algo de sagrado ou mesmo de xamanismo é professada conscientemente por algumas delas, particularmente no rock, como David Bowie cuja *persona* Ziggy Stardust, interpretada no início dos anos 70, cumpria um tipo de missão sagrada. Embora de modo menos explícito, o cinema de Hollywood, demonstra Rojek, também investiu nessa característica.

O aspecto religioso, aponta Rojek, também aparece em um sentido de preenchimento da vida, causada pela “ausência de Deus”, vide declínio das religiões organizadas, somando-se à ausência de sentido da vida e de uma alarmada desigualdade estruturada. Aqui, há certo simplismo na argumentação do autor, como já comentado, no entanto, existe a percepção sociológica de uma *ausência* sentida nas sociedades contemporâneas, que aparece de diferentes formas e com sentidos distintos em obras diversas, como nas de Giddens e Bauman.

A tese de Rojek é mais radical e aponta que o culto às celebridades reconfigura o sentimento religioso, pois “a cultura da celebridade não substitui à religião. Pelo contrário, é o ambiente no qual o reconhecimento e o pertencimento religioso são hoje encenados” (p. 107). Por isso mesmo, tendo impacto profundo dentro da *psique* dos indivíduos. Não à toa, afirma, a vontade de ser famoso é parte importante do pensamento dos atores sociais nos dias de hoje.

No terceiro capítulo, chamado “Celebridade e Estetização”, Rojek analisa a “cultura do gosto”, ou seja, da apreciação estética, na sociedade contemporânea e sua utilidade na difusão de valores. O autor detalha o processo que levou a produzir os primeiros esboços de uma cultura de celebridade, dando importância a aspectos da moda, da literatura e do teatro, tendo, por fim, um impulso espetacular a partir da difusão da fotografia, como possibilitadora da construção do “rosto público” das celebridades.

Explica, ainda, como desde o início a política soube tirar proveito da cultura da celebridade, particularmente nos Estados Unidos, como ilustram desde a vinculação de John Kennedy com Marilyn Monroe até as atuais campanhas presidenciais, sempre “referendadas” pelas estrelas da TV, do cinema ou da música. Não se pode esquecer, também, casos extremos de junção dos dois campos – da celebridade e da política – como o do governador da Califórnia Arnold Schwarzenegger, famoso ator de cinema.

O autor ressalta ainda, e não pela primeira vez, que a construção das celebridades não depende dos aspectos morais comuns ao exemplo religioso, como já discutido. Por isso, “deslizes morais” podem ser perdoados. Esse argumento serve de transição ao quarto capítulo, “Celebridade e Transgressão”, onde se discute as relações entre a celebridade e a violência.

Como não há necessidade da celebridade servir de elevação moral, não se espera da maioria um comportamento “correto”. Pelo contrário, em alguns casos, a expectativa é exatamente oposta, vide Britney Spears. Em outros, o fato de se comportar de modo completamente diferente do padrão esperado é o que torna alguns famosos, como os *serial killers*.

Assassinos em série criam uma estranha fascinação nas pessoas e Rojek mostra vários casos nos quais é possível pensá-los como celebridades, mesmo que celetóides. O autor exhibe como o terrorista das bombas de Londres em 2004 ficou bastante feliz com sua captura e a fama que daí adveio. Por isso, afirma que não somente alguns criminosos se tornam celetóides e passam a jogar pelas mesmas regras, bem como outros agem especificamente com o intuito de se tornarem celebridades graças aos seus crimes.

No quinto e último capítulo, “Celebridade e Celebrificação”, Rojek traça paralelo com as teorias de Anthony Giddens. Este afirma que, nos dias de hoje, os indivíduos se preocupam sobremaneira com a construção de um tipo de rosto público para serem aceitos e/ou apreciados pelas outras pessoas e com isso conseguir um equilíbrio entre o *eu* e a sociedade. “Isso é o que as celebridades fazem o tempo todo” (p. 207).

Em seguida, Rojek concatena os dilemas da democracia contemporânea e sua relação com a cultura da celebridade. Para ele, o declínio das religiões organizadas, o fim dos regimes totalitários e daqueles pautados na divindade do rei resultam em uma condição de que somente a democracia pode se firmar como modelo político.

Por isso, seria um paradoxo a democracia – um regime pautado na crença de que os indivíduos gozam de direitos iguais – ter que sobreviver com uma cultura que elege alguns indivíduos à condição divina, estando, portanto, bem acima da condição do homem comum.

Por fim, podemos pensar que, apesar de algumas falhas, como na simplicidade de alguns argumentos ou em considerações generalistas, como a de que os Estados totalitários estão extintos (mesmo somente no ocidente isso é discutível), o livro de Rojek é uma contribuição interessante pelo esforço de fazer uma reflexão sobre um tema atual, complexo e importante nas sociedades contemporâneas. Sua categorização é válida e há reflexões instigantes e desafiadoras, como as demonstradas aqui.

Uma maior compreensão do fenômeno das celebridades permite implicações nos estudos de vários temas, como as artes, porém, até mais do que isso, como a conexão com o pensamento de Giddens parece mostrar. Tal compreensão – e sem querer pensar agora as celebridades nem como causa nem como consequência – pode explicar o próprio trânsito do indivíduo nas relações que mantém com o resto da sociedade. Desenvolver as idéias de Rojek em conjunto com as de Norbert Elias e Bauman pode ser bastante revelador da contemporaneidade.

CONHECIMENTO, COMUNICAÇÃO E CRIATIVIDADE: NOVAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO E DA CIÊNCIA¹⁶

Resenha do livro de SALES, Arnaud; FOURNIER, Marcel. *Knowledge, Communication & Creativity*. London: SAGE, 2007, 192p.

Leandro Raizer¹⁷

O livro organizado por Arnaud Sales e Marcel Fournier, dois renomados pesquisadores da Universidade de Montréal, aborda diversos temas ligados a Sociologia do Conhecimento e da Ciência, discutindo e problematizando aspectos que estão situados, atualmente, na fronteira do conhecimento desse campo de estudos. Entre os temas tratados destaca-se a sociedade da

¹⁶ O autor da resenha agradece ao Prof. Dr. Antonio David Cattani e ao Prof. Dr. Arnaud Sales, um dos organizadores da obra resenhada, pelo apoio ao projeto de doutoramento que será realizado com apoio da UFRGS e da Université de Montréal. Além disso, cabe agradecer ao prof. Cattani que foi o organizador da vinda do prof. Sales ao Brasil e, que entre outros resultados, propiciou o acesso à obra aqui apresentada.

¹⁷ Doutorando em Sociologia pela UFRGS (Bolsista CAPES). Membro da International Sociological Association (ISA), e da Association Brésilienne d'Études Canadiennes (ABECAN). Colaborador do Laboratório de Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social (LaDCIS), e do CEDCIS da UFRGS.

informação e do conhecimento, mudança social, redes e laboratórios de inovação, complexidade cognitiva, comunicação e criatividade.

O livro está estruturado em quatro partes principais, contendo um total de dez capítulos. A primeira parte engloba uma introdução sintética a obra. A segunda parte trata das sociedades modernas concebidas como sociedades do conhecimento e as implicações sobre o fenômeno da mudança social. A terceira parte discute os conceitos de mobilidade, redes e comunidades levando em conta o contexto das tecnologias da informação, esfera pública, e o conceito de criatividade. Por fim, a parte final aborda questões ligadas à alta complexidade cognitiva e as descobertas científicas, o fenômeno da criatividade, as redes de inteligência e a mente criativa.

A primeira parte do livro é composta pelo capítulo “*Knowledge, Communication, Reflexive Creativity and Social Change*” escrito por Arnaud Sales, Marcel Fournier e Yan Sénéchal. Segundo esses autores, uma das teses principais que perpassa o livro é a de que conhecimento, comunicação e criatividades estiveram presente em todas as sociedades, nesse sentido as diferenças existentes entre as sociedades antigas e as modernas podem ser concebidas como um processo histórico de transformação dessas configurações. No entanto, a sociedade da informação, do conhecimento, e a sociedade em rede caracterizam-se por um incomparável grau de conhecimento e informação baseado na alta tecnologia, pesquisa e inovação. Ou seja, segundo os autores o contexto atual, devido a diversos fatores, se diferencia bastante da realidade experienciada anteriormente.

Além disso, a sociedade atual caracteriza-se pela ambivalência, contradição e por um grau de desigualdade jamais vistos, sendo a compreensão desses elementos fundamental para a análise do fenômeno da comunicação, criatividade e conhecimento.

Nessa sociedade, não só as instituições, mas também as pessoas passam por um processo inovativo e constante no qual comportamentos, práticas e profissões são transformadas através da reflexividade em novas formas de práticas e relações sociais.

Já a segunda parte do livro trata do tema do conhecimento e mudança social nas sociedades contemporâneas, sendo composta por dois capítulos. No capítulo 2 “*Modern Societies as Knowledge Societies*”, de Nico Stehr, o autor afirma que uma das maiores transformações provocadas pelas sociedades industriais foi o crescimento da centralidade do conhecimento que passa a ser elemento constitutivo da capacidade criativa. Esse processo é remetido a secularização dos sistemas e instituições educativas e de pesquisa científica que permitiram uma produção e disseminação do conhecimento em escala planetária que, por sua vez, foi tornando-se de grande relevância para o mecanismo de auto-transformação social, com a ampliação do processo de criação de criatividade. Segundo Stehr, dois movimentos foram importantes e constitutivos da moderna centralidade do conhecimento: o primeiro deles está ligado à passagem da “sociedade

oral” para a escrita e ampliação do consumo de bens como surgimento de novos valores; já o segundo está ligado a institucionalização da carreira científica, que culmina com a ciência como processo de produção caracterizada pela institucionalização crescente da pesquisa e desenvolvimento, e inovação industrial. Ainda segundo Stehs, também ocorreram mudanças na forma como o conhecimento científico é criado e se relaciona com a sociedade. Ao contrário do que se poderia pensar, o autor afirma que não estamos caminhando para uma sociedade tecnocrática na qual os indivíduos e grupos perdem seu poder, ao contrário, parece estar ocorrendo um incremento importante na capacidade de ação social de pequenos grupos e indivíduos.

Por outro lado, no capítulo 3 “*Knowledge and Societal Change: Institutional Coordination and the Evolution of Organizational Populations*”, de Jerald Hage, discute-se os impactos que as transformações na produção do conhecimento provocaram na organização da sociedade e da economia nas últimas décadas. Entre os argumentos desse autor, destacam-se os relativos ao processo de consolidação e concentração de grandes empresas, e o processo de diferenciação organizacional e empresarial, marcado pelo surgimento de ramos da economia impulsionados por novas descobertas como no campo da biologia molecular, com a terceirização de serviços, e com a desregulamentação. Nesse cenário, o autor conclui que a sobrevivência das empresas está diretamente ligada a sua capacidade de adaptação e inovação frente a novas demandas, e questões impostas pela economia, assim como pelas descobertas científicas, pelos dilemas éticos, etc.

Além disso, segundo Hage essas mudanças gerariam um conjunto importante de implicações tanto na *management theory*, quanto na *institutional theory*. No primeiro caso dois elementos devem ser considerados e absorvidos: o entendimento de que o processo de diferenciação se torna cada vez mais dominante; e a inclusão marcante do modelo de governança institucional. Já no segundo, deveria se dar maior ênfase ao entendimento dos processos de mudança, principalmente os que surgem baseados em processo de diferenciação e especialização do conhecimento.

A parte três do livro, por sua vez, concentra-se na análise das novas tecnologias da informação e comunicação, comunidades e esfera pública. A idéia central apresentada pelos autores é que o conhecimento não apenas transforma instituições e culturas, mas afeta a forma como os indivíduos se relacionam com os demais, com máquinas e aparelhos eletrônicos. A integração de sistemas de comunicação e informação, micro-eletrônica e o estabelecimento de um sistema global de transporte fez com que as sociedades experimentem, em ritmo acelerado, o aprofundamento das transformações ocasionados na cultura e na individualidade pela sociedade do conhecimento.

No capítulo 4 “*Mobilities, Networks, and Communities*”, John Urry aborda esses temas dando ênfase a análise de como essas transformações impactam as relações sociais e alteram as formas de comunicação. Com o uso de conceitos como *mobile spaces*, *communities* e *virtual communities*, e *mobile machines* esse autor busca entender de que forma a sociedade em rede implementa novas tecnologias, e estabelece interações de co-presença entre humanos e máquinas, relações essas cada vez mais presentes no cotidiano.

Já no capítulo 5 “*Information Technology and International Public Sphere*”, Craig Calhoun apresenta um conjunto de idéias interessantes sobre o fenômeno da globalização, produção do conhecimento em rede, e resgata o conceito de esfera pública tentando entender se as novas tecnologias têm ampliado ou diminuído as forças sociais. Para Calhoun, em síntese, ao contrário que alguns autores possam estar alegando, as implicações das tecnologias da informação e suas diversas dimensões sobre a esfera pública global ainda estão sendo determinadas, não sendo ainda possível saber de forma precisa como os movimentos ativistas e as grandes empresas vão se comportar, nem se a democracia vai se beneficiar dos sistemas e redes sócias-técnicas em expansão pelo mundo.

No capítulo 6 “*Creativity in an Orwellian Key: A Sceptic’s Guide to the Post-Sociological Imaginary*” de Steve Fuller conclui a parte três do livro lançando um olhar crítico sobre a sociedade do conhecimento e da informação. Entre os principais argumentos retomados por esse autor destaca-se a necessidade de se refletir sobre os diversos conceitos usualmente utilizados (sociedade da informação, global, do conhecimento, etc), mesmo que de forma bastante equívoca, como complementares ao de sociedade do conhecimento. Segundo esse autor, através da reflexão crítica sobre a origem e significados desses conceitos, dever-se-ia avançar alguns passos em direção a uma “*reinstitutionalization of sociology*”.

A parte final concentra a maior parte dos capítulos do livro e trata do tema da criatividade e comunicação na produção do conhecimento. A principal idéia que perpassa o conjunto de quatro artigos é a de que o processo de descobertas científicas está imerso num contexto de alta complexidade cognitiva, ou seja, envolve diversidade, multidisciplinaridade e comunicação. São tais elementos que levam esses pesquisadores a concluir que existe, além dos grandes cientistas pesquisadores, redes de criatividade e comunicação por trás de cada nova descoberta.

No capítulo 7 “*Between Science and Rhetoric: A Recurrent Debate on the Role of Communication and Creativity in the Definition of Knowledge*” de Philippe Breton, parte-se da discussão sobre os diferentes sentidos que esses conceitos vêm assumindo ao longo do tempo. Tal discussão é relevante pois a precisão no uso de tais elementos é crucial para o entendimento do papel da comunicação, redes e relações que propiciam condições concretas para o desenvolvimento da criatividade. Além disso, Breton problematiza a importância que o marco

interpretativo assume nesse campo de estudos relacionando as interações entre estatuto científico e opinião, e a relação de dependência entre esse estatuto e o contexto social.

Por sua vez, o capítulo 8 “*High Cognitive Complexity and the Making of Major Scientific Discoveries*” de J. Rogers Hollingsworth, é resultado de um complexo projeto de pesquisa sobre as grandes descobertas no campo das ciências biomédicas realizadas em países como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos durante o século XX.

Entre as principais conclusões do autor destaca-se a de que duas formas institucionais seriam marcantes nos centros de pesquisa onde se deram essas descobertas: o primeiro tipo é aquele no qual existe uma grande interdisciplinaridade e abertura a outras áreas do conhecimento; já o segundo é marcado pelo foco estrito na área de pesquisa com pouca interseção com outras áreas do conhecimento.

Nos capítulos finais, “*The Creativity of Intellectual Networks and the Struggle over Attention Space*” de Randall Collins, e “*Evaluation Creative Minds: The Assessment of Originality in Peer Review*” de Michèle Lamont, Marcel Fournier, Joshua Guetzkow, Grégoire Mallard and Roxane Bernier, é apresentado ao leitor um panorama geral sobre as investigações sobre o processo de criatividade concebido em meio a redes de interação. O capítulo final, por exemplo, discute a forma como diversos pesquisadores têm investigado o processo de nascimento de “...*something new, to say something that nobody has said before..*” (p.189).

Em síntese, segundo esses autores há dois grupos de teorias sobre esse processo: redes densas – com uma grande interatividade e interdependência entre os diversos agentes; o outro grupo relaciona a interatividade dessas redes como sendo variável em seu grau de densidade, podendo, em alguns casos, a ligação entre rede ser realizada por um indivíduo que se torna o elo entre distintas redes.

Por fim, nas palavras dos organizadores, o livro

...devotes special attention to understanding ties between creativity and communication in the production of knowledge. The sociological perspectives presented in these essays are clearly separate from a heuristic approach that is reduced to the psychology of discovery and creativity. ...Networks are not however a simple grouping of relationships and exchanges. The circulation of ideas, conversations, debates and conflicts that occurs within research institutions and networks mobilize individuals, some of whom, perhaps thanks to their high cognitive complexity, will succeed in producing creative rearrangements which will change thought, culture and social practices (p.23).

ESTADO, RELIGIÃO E LIBERDADES LAICAS

Resenha da coletânea organizada por LOREA, Roberto Arriada (Org.) *Em Defesa das Liberdades Laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, 201p.

Marcos José Diniz Silva¹⁸

O debate sobre o lugar da religião na sociedade mundial contemporânea, parece já ter alcançado certo consenso: primeiro, que as teorias radicais da secularização, que apontavam a superação definitiva do fenômeno religioso na modernidade, faliram; segundo, que as teses do “retorno do religioso”, “reencantamento do mundo”, “dessecularização” não passam de uma equivocada interpretação do primeiro. (Cf. PIERUCCI, 2000). A religião, seja como instituição, seja como prática individual mais ou menos marcada pela frequência cultural, nunca deixou de ser expressão simbólica de projetos de vida e de mundo, interagindo com as transformações seculares. (Cf. HERVIEU-LEGER, 2005). Noutras palavras, tanto os adeptos do exagerado otimismo racionalista e antropocêntrico, quanto os “restauracionistas” do contemporâneo “regresso” do religioso, mostram-se insensíveis a outra evidência, como atesta Catroga (2006, p.453): “a gradual infiltração de atitudes, comportamentos individuais e relações institucionais, de inspiração secular, nas próprias religiões...”

Desse modo, vê-se em pleno século XXI, o reavivamento do debate sobre os limites do envolvimento das religiões com as estruturas governamentais, com suas repercussões constitucionais no aparelho de Estado e no desenvolvimento das políticas públicas. A problemática inverteu-se de tal modo que hoje não se fala mais da escalada da secularização, mas sim da emergência dos fundamentalismos. E nesse contexto despontam as avaliações críticas sobre o estatuto da laicidade, suas muitas interpretações e práticas questionáveis. Assim, entendida a laicidade como princípio constitucional de proteção à igualdade e liberdades religiosas, como também de manutenção da neutralidade Estado diante das confissões religiosas; estabelece-se a problemática em torno de sua exequibilidade nas diversas sociedades do mundo atual.

No Brasil, consoante as transformações várias que nos legaram um multiculturalismo e uma tendência crescente à diversidade religiosa, sexual, comportamental favorecidas, dentre outras coisas, pelo maior acesso aos meios de comunicação; visualiza-se, por outro lado, a

¹⁸ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) - bolsista FUNCAP e professor do Curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

premência de uma ampla reflexão sobre o Estado laico, como elemento de garantia dos direitos das minorias, do pluralismo e do multiculturalismo.

É nesse sentido que se apresenta a coletânea *Em defesa das liberdades laicas*, de Roberto Arriada Lorea. O livro resulta de três seminários ocorridos em 2007, em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, abordando as liberdades laicas. O mote foi a visita do papa Bento XVI ao Brasil, configurando momento mais que oportuno para o debate sobre as relações Estado e religiões no Brasil. Evento promovido pela Escola Superior de Magistratura, de Porto Alegre; Ordem dos Advogados do Brasil, Rio de Janeiro e Faculdade de Educação da USP, São Paulo; contou com a participação de especialistas brasileiros e convidados da Argentina, México, Canadá e Peru, congregando antropólogos, magistrados, sociólogos, professores de Direito e especialistas em educação.

Uma síntese bastante substanciosa desses encontros pode vista nessa coletânea. Seu propósito, segundo os apresentadores,

é o de reafirmar, por um lado, o Estado democrático, coerente com o princípio de que as instituições políticas se legitimam pela soberania popular, e não por normativas religiosas. Por outro lado, assegurar a mais ampla liberdade de consciência e de pertencimento religioso, algo que só pode estar garantido quando temos um estado laico, que não adota nenhum princípio religioso como preferencial, mas trata todos os agrupamentos religiosos de forma equânime. (p. 16-17)

Como preâmbulo, o livro traz a *Declaração universal da laicidade* no século XXI. Esse documento foi apresentado ao parlamento francês, em dezembro de 2005, por ocasião do centenário da separação Estado-Igrejas, na França; tendo participado como redatores, Jean Bauberot (França), Micheline Milot (Canadá) e Roberto Blancarte (México). Os dois últimos são autores nessa coletânea.

Composta de onze artigos, a obra se inicia com O porque de um Estado laico de Roberto Blancarte. O autor parte dos elementos históricos da implantação do Estado laico no México, demonstrando as especificidades do laicismo naquele país. Porém, a questão central para o autor é que está havendo uma crise mundial de legitimidade das instituições políticas, que tendem a buscar legitimidade nas organizações religiosas, no sagrado, em detrimento da legitimidade popular, democrática e soberana; de tal modo que as demandas oriundas das diversidades sociais acabam reféns das intermediações das instituições religiosas junto ao Estado.

Em *A laicidade como princípio constitucional do Estado de Direito*, o peruano Marco Huaco trata, dentre outras questões, do conceito jurídico de laicidade como princípio constitucional fundamental; secularização, laicidade, laicismo, aconfessionalidade, neutralidade e

separação Igreja-Estado; manifestações constitucionais do princípio de laicidade no Direito Comparado e laicidade e relações concordatárias Igreja-Estado.

O tratamento jurídico dado à temática, proposta pelo autor, tem por essência a afirmação do laicismo como elemento fundamental do Estado de Direito; conformador dos valores do Estado democrático que, embora judicializados nas Constituições como reflexos dos consensos culturais e morais, não são vocacionados à perenidade. Por isso, os princípios e valores máximos buscados pelo Estado, não devem se derivar dos princípios e valores perseguidos pelos agrupamentos religiosos.

No artigo *A laicidade na América Latina: uma apreciação antropológica*, Ari Pedro Oro se propõe a uma percepção “não monolítica da laicidade” nos diversos contextos históricos das nações latino-americanas; e pelo “enaltecimento da diversidade e a valorização da diferença, ou seja, pela relativização cultural e a vigilância etnocêntrica”, como princípio antropológico norteador da análise. Para o autor, a maioria dos países latino-americanos se apresenta como “estados laicos, modernos e liberais, caracterizados pela separação entre Igreja e Estado, e pela atribuição de um mesmo status jurídico a todos os grupos religiosos, que, do ponto de vista legal, recebem um mesmo tratamento isonômico”. (p.88). A realidade observável, contudo, segundo Oro, demonstra que isto não passa de “ideal projetado, quase uma utopia”, com o exemplo dominante da Igreja Católica, “interlocutora religiosa privilegiada junto ao Estado”.

Maria Emília Correia da Costa, em *Apontamentos sobre a liberdade religiosa e a formação do Estado Laico*, aborda “o delineamento do Estado laico no ocidente, com destaque ao contexto histórico brasileiro e à proteção jurídica conferida à liberdade religiosa neste cenário”. (p.97). Costa faz proveitoso apanhado informativo e analítico do lugar da liberdade religiosa nas constituições brasileiras, após o qual apresenta a compreensão atual da religião não mais enquanto “instrumento de coesão social, conforme concebido pelo discurso teológico-confessional”, passando a se constituir num “dos muitos subsistemas sociais existentes, dissociados da organização estatal”. (p.112) Assim, segundo a autora, novos modelos políticos devem ser criados para captar as manifestações religiosas como atores políticos, visto que, em seu campo próprio, as religiões “falseariam o discurso secular”.

Trazendo ao debate outro elemento dessa problemática, Maria das Dores Campos Machado, trata o tema *A atuação dos evangélicos na política institucional e a ameaça às liberdades laicas no Brasil*. Sua análise das mudanças no cenário religioso brasileiro das últimas décadas, onde se registra a redução do pertencimento católico e o crescimento vertiginoso do protestantismo destaca, no caso deste, o avanço pentecostal no campo político-partidário. Para a autora uma questão fundamental se coloca: como defender as liberdades laicas e o estado republicano, se os brasileiros, e em particular os pentecostais expressam insegurança frente às

diferentes esferas do poder político e revelam um grau de confiança significativo em pessoas que integram a sua e outras denominações religiosas? Em outras palavras:

... poderíamos interpretar o uso crescente da identidade religiosa como atributo eleitoral e o interesse cada vez maior das lideranças evangélicas pela dinâmica partidária ... pelas alianças com os governantes como evidências do desenvolvimento de um movimento teocrático em nossa sociedade? (p.150)

O argentino Juan Cruz Esquivel, por sua vez, trabalha com *A marca católica na legislação argentina. O caso da assistência religiosa nas Forças Armadas*. O autor investiga os diversos modelos de sacerdócio castrense implementados pelo Vaticano, desde os prelados, vigentes até o século XIX, ao vicariato castrense e ordinariado militar, no século XX. Nesse último caso, igualados juridicamente a uma diocese. O estudo dessa questão, raramente tratada, permite segundo Esquivel, detectar as contradições do monopólio católico da atenção espiritual aos de homens de armas, com os princípios do Estado laico e a vigente liberdade religiosa. Pois, “a inserção do bispo castrense no organograma estatal acarreta um cenário confuso, que se acentua ainda mais nos países que explicitam a separação entre o Estado e a Igreja...”; acrescido do fato de que “o sustento econômico das estruturas religiosas castrenses com fundos públicos abre um campo de controvérsias nos países que defendem a igualdade religiosa”. (p.120)

Em *A garantia das liberdades laicas na Suprema Corte do Canadá*, Micheline Milot, informa que o estado canadense nunca proclamou oficialmente a laicidade, sendo a mesma, junto à neutralidade, construções jurisprudenciais, ou seja, trata-se de uma laicidade “de fato”, afirmada nos julgamentos dos tribunais, e não um princípio abstrato do direito formal. Outro pilar fundamental ao estabelecimento da laicidade naquele país a lei do multiculturalismo, precedidas das lutas entre francófonos e anglófonos e da superação das restrições dos biculturalismo. Milot apresenta, também, diversos exemplos de decisões da Suprema Corte, que reafirmam o princípio da igualdade de direitos e da neutralidade do Estado ante as pretensões normativas dos grupos religiosos canadenses.

Refletindo situação oposta à apresentada por Milot, Maria Berenice Dias, no artigo *A Justiça e a Laicidade*, reflete sobre a prática do Direito num Estado laico, como o brasileiro, onde se operam variados entraves de ordem moral-religiosa normatizando relações e instituições sociais. A autora contempla a polêmica jurídica em torno da oficialização das relações homossexuais - homoafetivas, como sugere -, destacando a omissão do legislador e da magistratura diante das demandas sociais não contempladas na lei e convoca o Judiciário ao seu papel de fazer justiça.

Ainda no âmbito das novas demandas de direitos, de igualdade religiosa e pluralismo, Roberto Arriada Lorea traz o artigo *O assédio religioso*, através do qual busca “fomentar o debate sobre o tema da intolerância religiosa no ambiente de trabalho (...) e tem por finalidade esboçar um conceito do que seja assédio religioso”. (p.159). Lorea examina, dentre outras questões, os casos de imposição de práticas religiosas como parte do serviço público, no espaço de órgãos públicos, legitimados e executados pelas chefias. Também nas relações patrão-empregado, nas empresas privadas, onde se dá o assédio religioso sobre os trabalhadores, que resultaram até em ações no Tribunal Regional do Trabalho (RS). Quanto a uma definição jurídica de *assédio religioso*, tomando por referência as definições de assédio sexual e assédio moral, o autor propõe um esboço conceitual preliminar.

Algo muito semelhante na forma e nas conseqüências se dá com o artigo *O crucifixo nos Tribunais e a laicidade do Estado*, de Daniel Sarmiento. Representando uma vitória política da Igreja Católica, na década de 1920, sobre o Estado laico republicano e a Constituição de 1891, a colocação do “Cristo no Júri” provocou muita polêmica. Sarmiento fundamenta a discussão, repassando os preceitos laicos do Estado brasileiro, o contraditório “Deus” no preâmbulo da Constituição, inovando quando analisa detalhadamente e refuta os argumentos favoráveis ao uso de símbolos religiosos nos tribunais, no caso do Brasil, o crucifixo cristão.

Por fim, Luiz Antonio Cunha desenvolve o tema *O ensino religioso na rede estadual do Rio de Janeiro – política e legislação*. O autor tem como foco a lei estadual 3.459, de 14 de janeiro de 2000, que “estabeleceu a obrigatoriedade dessa disciplina, nas escolas públicas, para toda a educação básica, e instituiu a modalidade confessional nas escolas estaduais”. (p.173) Cunha avalia o processo de expansão do ensino religioso no estado do Rio de Janeiro, buscando seus precedentes da década de 1990 à referida lei de 2000. Segundo a avaliação do autor, a expansão do ensino religioso a todo o ensino básico, em caráter confessional, com a realização de concurso público para professor de Ensino Religioso, com controle privado - “Autoridade Religiosa” - sobre esses professores públicos, e a derrota legislativa e jurídica dos setores sociais e políticos defensores do Estado laico; resultou de uma aliança majoritária entre governo/legislativo estadual com as denominações católica e evangélica, possibilitando a substituição do debate laicismo *versus* confessionalismo, para interconfessionalismo *versus* confessionalismo.

Em síntese, obra oportuna, por suscitar o debate sobre a laicidade em face das demandas de novos direitos advindos da diversidade cultural; bem como, pela necessária afirmação da liberdade e igualdade religiosas, crescentemente infringidas na dinâmica complexa e contraditória das relações entre Estado e religiões no Brasil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CATROGA, Fernando. *Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil*. Uma perspectiva histórica. Lisboa: Almedina, 2006.

HERVIEU-LEGER, Daniele. *O peregrino e o convertido*. A religião em movimento. Tradução Catarina Silva Nunes. Lisboa: Gradiva, 2005.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Secularização segundo Max Weber. Da contemporânea serventia de voltarmos a cessar um velho sentido. In SOUZA, Jessé (Org.) *A atualidade de Max Weber*. Brasília: EdUnB, 2000, p.105-162.

AS DÁDIVAS REVELAM A MELANÉSIA

Resenha do livro de STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2006 (1988), 536p.

Maria Lourdes dos Santos¹⁹

Lançado no Brasil em 2006, após 10 anos da visita da autora ao Brasil, *O Gênero da Dádiva*, da antropóloga Marilyn Strathern, é uma obra fascinante e, embora densa, é de uma riqueza inigualável, portanto de suma relevância para o atual panorama das Ciências Sociais

O propósito que nos leva a fazer essa resenha da obra é tão somente o de recomendar sua leitura, pelas razões que se seguem: inicialmente, por tratar-se de um livro que traz como idéia central a preocupação em contextualizar os supostos com os quais estamos rotineiramente acostumados a analisar questões pertinentes a gênero para, quem sabe, numa viagem mais longínqua, alcançar o ápice de nossa imaginação intelectual, levando-nos a lidar, de outro modo, com as contradições concernentes aos princípios pelos quais nos portamos e conduzimos nossas vidas. Como nos ensina Jill Julius Matthews “Precisamos, portanto, entender a especificidade de nossas próprias circunstâncias para compreendermos a nós mesmas”.

Em segundo lugar, sua leitura é recomendável também por sua pertinência para nós, estudiosos do social e, finalmente pela oportunidade que a obra nos permite de mergulhar em águas melanésias e, perceber os encantos das ilhas por meio de relatos etnográficos, conhecer sua gente e encantar-se com sua cultura singular e plural ao mesmo tempo.

O trabalho de Marilyn Strathern traz várias respostas as nossas interrogações, a partir de um painel de diferentes perspectivas adotadas pela autora para, como assim compreendemos,

¹⁹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC.

entender que *há diferentes modos de ser das coisas* e estes devem ser observados, analisados e relatados cuidadosamente.

Titular da cátedra William Wyse de Antropologia Social da Universidade de Cambridge, mistress de Girton College ex-presidente da European Association of Social Anthropologists, Marilyn Strathern tem fortemente influenciado os rumos da antropologia na contemporaneidade, por seu modo profundo e particular de questionar, além de nos oferecer uma lúcida exposição etnográfica sobre práticas do conhecimento ocidental. Nas palavras de Viveiro de Castro, *seus aportes à etnologia melanésia, aos estudos das relações de gênero, à teoria da troca e do parentesco e à antropologia da Modernidade tardia fizeram escola e criaram polêmica*. Tudo isso e muito mais fez com que a autora viesse a se destacar e permanecer entre os clássicos da antropologia.

Strathern é portadora de um estilo analítico crítico, genuinamente próprio, reveladora de uma enorme capacidade de desembarar complexidades dos fenômenos sociais ao fundir as tradições antropológicas americana e britânica em uma reflexão crítica, embasada pelo contradiscurso feminista. Assim, Strathern torna-se, sem dúvida, uma renomada promotora da renovação do programa teórico da antropologia britânica, na década de 1980.

O livro *O gênero da dádiva* é, antes de tudo, uma crítica que Strathern elabora sobre as análises antropológicas tradicionais, ao retomar o tema clássico da dádiva numa perspectiva das relações de gênero, sendo esta a questão central de sua narrativa. A partir de uma exposição daquilo que ela compreende como sendo práticas de conhecimento melanésios, Strathern, ao seu modo, faz reflexões acerca da antropologia e do feminismo, tendo como preocupação contextualizar os pressupostos das questões colocadas por ambos os campos de conhecimento, percebendo os dados sociais e culturais que constroem a antropologia e o feminismo acadêmicos. Para tanto, a autora realiza um exercício instigante: o de confrontar os pressupostos dos dois corpos de conhecimento mencionados.

De maneira inteligente Strathern movimenta-se no sentido de adentrar o projeto feminista para verificar como o imaginário de gênero estrutura conceitos e relações e, ao mesmo tempo nos leva a perceber como a cultura da ciência social ocidental transfere determinados interesses na vida social. Por meio de tipos de atividades produtivas como as análises antropológicas ocidentais, a autora busca outro tipo de atividade produtiva, qual seja, como os melanésios definem as causas e resultados de suas ações. Com esse exercício se compreenderá os tipos de interesses existentes em nossa cultura científica, bem como possibilitará se presumir, também, os tipos de interesses encontrados noutras culturas. Isto é o que torna mais relevante o olhar cuidadoso ao se tratar do gênero, por tentar impedir interpretações indevidas, principalmente quando a temática comporta estudos comparativos.

A obra, construída a partir dos debates acerca de premissas que conduzem grande parte dos escritos sobre a Melanésia, é um trabalho intensivo de desconstrução, no qual a autora questiona os supostos e a universalidade do uso de várias construções analíticas, como: o conceito de sociedade - a partir da compreensão de que as pessoas representam para si mesmas uma sociedade na qual existe uma relação hierárquica com o indivíduo; a definição de cultura como algo construído sobre uma natureza, a relação entre cultura e natureza. A autora põe a prova conceitos que, na sua compreensão não devem ser utilizados em referência a Melanésia, como: a concepção de uma sociedade com os domínios – privado e público ou político-jurídico e doméstico presentes; papéis sexuais; de identidade sexual individual; de dominação com referenciais de propriedade e posse, associadas às questões de identidade de gênero.

Strathern, entretanto, tem a clareza de que como os demais ocidentais os melanésios também possuem, ao seu modo, um conhecimento que norteiam suas relações, modos de interagir e comportar-se. Mas, em se tratando da Melanésia essas relações e interações não possuem a forma ocidental de “sociedade”, por não organizarem seus conhecimentos nos moldes ocidentais.

Sendo assim, os conceitos que se conhecem devem ser usados de modo a oferecer outro limite analítico, sinalizando a possibilidade de se buscar a expansão da vida social melanésia. Desse modo, são fundamentais para análises as idéias de socialidade, ação, agente, pessoa e gênero por demarcar vários tipos de ações, ao apresentarem ricos conceitos.

Muitos são os aspectos para se falar da relevância da obra, no entanto, a proposta da autora, de recusar o olhar desde uma única perspectiva, a observação a partir de um ponto de vista único por colocar as pluralidades culturais numa relação parte-todo, aparece e revela a importância da observação a partir do ponto de vista nativo em que é produzida. Portanto, conhecer a obra *O gênero da dádiva* é buscar compreender que o gênero deve ser observado a partir do lugar, do contexto, uma vez que no caso dos melanésios ele é um manuseador de diferenças que dá forma as relações sociais, favorecendo, inclusive, possibilidades de elasticar nossa compreensão do próprio gênero e de pensar o “ser humano” noutra perspectiva.

Por fim, o livro sobressai-se ainda por ser de uma iniciativa ímpar, pelo fato de tratar-se de uma obra multidisciplinar. Ao contrário de tantos outros trabalhos deste gênero, constituídos por textos antropológicos e sociológicos – e que deixam pouco espaço para abordagens de outras áreas, encontramos aqui um diálogo, quase imperceptível, entre várias ciências com diferentes perspectivas. Conhecer as lições desta obra é fascinante além de fundamental, para que se compreenda que indagar, experimentar com um olhar criterioso, faz-se necessário, sobretudo se tivermos o cuidado de antes polir o espelho.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

STRATHERN, Marilyn. *No limite de uma certa linguagem*. São Paulo: Mana 5(2):157-175, 1999. Entrevista concedida a Eduardo Viveiro de Castro e Carlos Fausto;

PISCITELLI, Adriana. The gender of the gift. Resenha. *Cadernos Pagu* (2) 1994: pp. 211-219.

CONCEPÇÕES DE UMA TEORIA SOCIAL DA MÍDIA

Resenha do livro de THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, 264p.

Mario Luis Grangeia²⁰

Apesar da amplitude das mudanças que a mídia causa em nossas vidas, ela costuma receber pouca atenção dos teóricos sociais. Na contramão dessa tendência, o sociólogo John B. Thompson, professor da Universidade de Cambridge, formulou uma teoria social da mídia em “A mídia e a modernidade”. O livro expõe como os meios de comunicação transformam a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e outras maneiras de exercer o poder, não mais ligado ao compartilhamento local comum.

Para demonstrar como os meios de comunicação se entrelaçaram com as principais mudanças institucionais da modernidade, Thompson evitou focalizar o conteúdo simbólico das mensagens e ignorar a complexa mobilização das condições sociais da sua produção e circulação. Sua abordagem prefere privilegiar a comunicação como parte integral de contextos mais amplos da vida social. Com essa disposição, ele recupera o debate de esfera pública de Jürgen Habermas, o estudo dos teóricos da mídia, como Harold Innis e Marshall McLuhan, sobre a relação entre tecnologias da comunicação e poder, e a interpretação contextualizada das mensagens, apresentada pela hermenêutica.

O autor apresenta instigantes concepções sobre as novidades provocadas pela mídia e quatro delas podem ser destacadas aqui: a interação mediada, a transformação da visibilidade, a mudança na ancoragem da tradição e a reinvenção da vida pública.²¹

Interação mediada

²⁰ Mestrando Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) – UFRJ. Especialista em Sociologia Política e Cultura – PUC-Rio. Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo – UFRJ

²¹ Original: *publicness* (característica do que é público). O tradutor Wagner Brandão usa “publicidade”, mas, como esse termo costuma ser entendido como “propaganda”, optou-se aqui pela expressão “vida pública”.

Thompson confere grande ênfase à criação de novas formas de ação e interação, assim como de tipos de relacionamentos sociais decorrentes do desenvolvimento da mídia. Ao dissociar interação e ambiente físico, ela permite o contato entre indivíduos que não partilhem o mesmo espaço e tempo. É mais freqüente buscar informação e conteúdo simbólico em outras fontes que nas pessoas do convívio direto: “A criação e a renovação das tradições são processos que se tornam sempre mais interligados ao intercâmbio simbólico mediado.” (p. 82)

Segundo o autor, há três tipos de situações interativas: (a) a interação face a face, que é a mais freqüente e requer a co-presença dos participantes e a partilha de referências de espaço e tempo; (b) a interação mediada, que usa um meio técnico, como papéis e linhas telefônicas, na transmissão do conteúdo simbólico; e (c) a “quase-interação mediada”, estabelecida pelos meios de comunicação de massa, como livros, jornais, rádio e televisão. Um diferencial deste tipo é a produção das formas simbólicas para um número indefinido de receptores potenciais.

Na interação e na quase-interação mediadas, a complexidade é maior, segundo o autor, pois as pessoas podem estar em contextos institucionais e estruturais diferentes. As mensagens transmitidas pela televisão, por exemplo, têm uma disponibilidade dilatada no espaço e no tempo. Esse meio envolve três conjuntos de coordenadas espaço-temporais: as do contexto de produção, da mensagem televisiva em si mesma e dos vários contextos de recepção. Daí a criação de uma “experiência espaço-temporal descontínua”,²² em que os espectadores são instados a transacionar com as fronteiras que identificam um mundo real e outro imaginário.

Além de novos tipos de interação, a mídia cria formas de ação à distância. Thompson classifica algumas delas por seu contexto de produção: destino receptor (ação austera, como o noticiário, entrevistas de TV, mensagens ministeriais e exibições de debates parlamentares); atividade cotidiana mediada (como uma cena de rua ou demonstração pública filmada sem afetar a naturalidade das pessoas); evento da mídia (casamentos reais, posses presidenciais, Olimpíadas etc.); e ação ficcional (representação de uma história para receptores distantes).

Em contextos distantes da produção dessas ações, Thompson identifica três tipos da chamada “ação responsiva”. Na ação responsiva conjunta, os receptores reagem de modo igual, discreto e descoordenado, como um surto de vendas após o anúncio de uma liquidação. Outro tipo ocorre quando as pessoas reagem a dispositivos simbólicos planejados para coordenar sua resposta, como em programas humorísticos com risos e aplausos pré-gravados. A terceira forma de ação responsiva requer organização e coordenação nos contextos de recepção e é estimulada por imagens, ações e expressões fornecidas pela mídia. Thompson cita o exemplo do movimento pacifista fortalecido com a cobertura da Guerra do Vietnã.

²² Thompson comenta que essa noção foi bem estudada em GIDDENS, Anthony (1989). *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes; GIDDENS (2001). *O Estado-nação e a violência*. São Paulo, Edusp.

A mídia se envolve ativamente na construção do mundo social. Ao levar as imagens e as informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência. (p. 106)

Transformação da visibilidade

Segundo Thompson, os meios de comunicação têm um grande impacto nas relações entre público e privado e entre poder e visibilidade. Antes, o caráter público de indivíduos e fatos implicava a visão e audição, aparência visual e palavra falada (“publicidade tradicional de co-presença”). A mídia refez as fronteiras entre as vidas pública e privada, transformando a natureza do caráter público, que não mais se identificaria apenas com a atividade do Estado.

O aparecimento da imprensa, no início da Europa moderna, levou à “publicidade mediada”. A vinculação entre publicidade e visibilidade se atenuou: um fato não tinha que ser presenciado para ser público. A imagem da televisão religou o caráter público de eventos, ações e pessoas à capacidade de serem vistas e ouvidas por outros. Para Thompson, essa nova publicidade aproxima-se do tipo tradicional de co-presença, com diferenças importantes: a visibilidade alcança público maior em outros contextos; exibem-se fenômenos muito distantes do espectador; e a direção da visão tem sentido único (receptores e produtores não se vêem).

As relações entre poder e visibilidade, para Thompson, também mudaram. Com a mídia, os líderes políticos se tornaram visíveis fora de círculos fechados e tiveram que adaptar suas atividades públicas. Afinal, a exposição pública deles pode escapar de suas rédeas e até funcionar contra eles. É o caso da gafe e do acesso explosivo, do desempenho de efeito contrário (ao pretendido, afetando seu produtor), do vazamento e do escândalo.

Nova ancoragem da tradição

Ao examinar a natureza da tradição, Thompson observa que a tese do declínio de seu papel na vida social, forjada por teóricos sociais clássicos e contemporâneos, é problemática. Por um lado, seria inexplicável a permanência das tradições (crenças, práticas religiosas etc.) como aspectos penetrantes da vida social se a modernidade as tivesse condenado à extinção. Por outro, esses autores ignoraram que a mídia transformou as formas tradicionais de vida.

Eis o ponto de partida de outra noção de Thompson: a mídia, de certo modo, oxigenou as tradições, desenraizando-as de seus contextos originais, transplantando-as para a diáspora cultural e gerando novas fontes de identidade aos indivíduos, desconectadas de seus lugares.

Com a modernidade, há um declínio gradual na fundamentação tradicional da ação (aspecto normativo da tradição) e no papel da autoridade tradicional (legitimação). Porém, a tradição continua importante para dar sentido ao mundo (aspecto hermenêutico) e criar um

sentido de pertencimento (identificação). As tradições só sobreviveriam se reincorporadas em novos contextos e ancoradas em novas unidades territoriais. O nacionalismo é um exemplo disso, pois reancora a tradição num território contíguo a um real ou potencial Estado-nação.

Thompson alerta que essa reancoragem não torna as tradições inautênticas, nem as condena à extinção. Afinal, a mediação das formas simbólicas favorece a continuidade cultural, apesar do deslocamento espacial, e a renovação da tradição em outros contextos. É o caso do uso do saio de lã enxadrezada pelos escoceses, tido como um hábito imemorial. Projetado no século XVIII por um inglês de Lancashire para ser usado em sua oficina de fundição, ele foi modelado pela tradição para simbolizar a integridade nacional da Escócia.

Reinvenção da vida pública

Thompson conclui sua discussão defendendo a necessidade de novos modos de se reinventar a vida pública (*publicness*) fora da alçada estatal – tema explorado por Habermas com a esfera pública burguesa – e além da noção tradicional de publicidade como co-presença.

O autor lembra que a formação de uma cultura política vibrante fora do Estado remonta ao início da modernidade. Novas formas de vida pública foram estimuladas por organizações de trabalhadores, pelos cafés, salões e “clubes” burgueses e pela imprensa, que articulou uma nova “opinião pública”, diferente das doutrinas do Estado e com crescente capacidade crítica. Autores liberais do início do século XIX, como Jeremy Bentham e James Mill, viram a liberdade de imprensa como principal meio para divulgar pontos de vista diferentes, formar uma opinião pública esclarecida e controlar abusos governamentais.

Segundo Thompson, com a concentração de recursos na mídia e a intensificação dos processos globais, a defesa da liberdade de imprensa ganhou novas conotações. De um lado, surgem ameaças agora da expansão das próprias organizações da mídia. De outro, conglomerados globais de comunicação decidem a circulação internacional e bens simbólicos.

Essas condições levantam a questão da regulação do mercado da mídia, à qual Thompson responde com o princípio do pluralismo regulado: “o estabelecimento de uma estrutura institucional que abriga e garante a existência de uma pluralidade de independentes organizações da mídia” (p. 209). Essa estrutura seria definida pela descentralização de recursos nas indústrias da mídia, com uma legislação mais restritiva, e pela separação do poder estatal, garantindo ampla liberdade para as visões críticas às políticas e aos políticos.

O autor trata ainda da necessidade de se reconhecer um novo modelo de publicidade criado pela mídia. Para ele, a vida pública mediada implica outro “espaço do visível”, desvinculado de tempos e lugares particulares, sem diálogos entre produtores e receptores, criativo e sem controle. Diante dessa mudança, o autor constata a importância da luta pela

visibilidade no fim do século XX. Lutas por reconhecimento, como as dos movimentos das mulheres e dos direitos civis, passam pela disputa de visibilidade na mídia. Logo, ela pode “politizar o cotidiano”, tornando-o observável e catalisando ações à distância.

Em resumo, o livro demonstra como a mídia tem um papel significativo na organização da vida social, transformando profundamente a produção e o intercâmbio simbólicos. Conhecido entre os estudiosos da comunicação, seu trabalho mereceria atenção nas ciências sociais. Levando à frente sua teoria, Thompson escreveu mais recentemente “O escândalo político”, obra com a qual ganhou o prêmio Amalfi (2001), já conferido a autores como Nibert Elias e Louis Dumont, como melhor livro de sociologia publicado na Europa naquele ano. Essa premiação sugere que sua teoria social da mídia começa a ser reconhecida pelos sociólogos.

DISPUTAS TEÓRICAS E LUTAS EFETIVAS: A POLÍTICA EM QUESTÃO

Resenha do livro de FELTRAN, Gabriel de Santis. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2005, 386p.

Messias Basques²³

O livro de Gabriel de Santis Feltran (2005) analisa o cotidiano da periferia da Região Metropolitana de São Paulo a fim de esquadrihar as lutas políticas de dois movimentos sociais, bem como as implicações que as disputas em torno dos significados da *política* trazem para os seus atores. Para tanto, parte do pressuposto de que os movimentos sociais sempre lutaram para figurarem-se como sujeitos políticos e que a política está na base das noções renovadas de direitos, cidadania e democracia que pretendem formular. Nesse sentido, o objetivo do seu trabalho foi traçar análises que descrevessem como esses conceitos aparecem nos casos estudados, sobretudo nas concepções de mundo dos moradores e das lideranças dos movimentos. Feltran estudou o *Mutirão 1º de Maio*, um loteamento popular recente, situado em Carapicuíba, município da Zona Oeste da Região Metropolitana; e o *Movimento de Defesa do Favelado* (MDF), que atua na Zona Leste há mais de 20 anos.

O trabalho foi conduzido numa abordagem qualitativa e tem como principal referencial teórico o pensamento de Hannah Arendt. Feltran abeberou-se neste arcabouço com o intuito de verificar, de um lado, o argumento que aponta para o declínio recente de um campo propriamente político que ofereça plausibilidade à vida e estatuto político às lutas dos moradores das periferias urbanas e, de outro, o argumento que procura nos trânsitos e tensões entre as diferentes esferas de

²³ Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (PPGAS-UFSCAR).

atuação e racionalidades políticas presentes nos movimentos, pistas que informem sobre sua contribuição atual para a construção democrática. Feltran adota o pressuposto de que os movimentos sociais são, ainda hoje, atores em busca de estatuto político. O objetivo do trabalho foi, por isso mesmo, partir da reflexão de indivíduos sobre suas trajetórias pessoais e sobre as mobilizações de que fazem parte, para delas buscar análises que sublinhassem, o quanto possível, as referidas noções de direitos, cidadania e democracia. Foi isso que o levou a discutir a *política*, conceito que está na base dessas noções.

Ao tratar do período recente de atuação dos movimentos sociais, Feltran diz ser inevitável tratar também da expansão do neoliberalismo. No caso brasileiro, a expansão dessa vertente capitalista teria contado com a adesão profunda de setores importantes do Estado e da sociedade, e teria reeditado, de modo radicalizado, processos profundamente arraigados na cultura do país, os quais exprimem tentativas sistemáticas de supressão da política. Para Feltran, essa tentativa cotidiana se elabora por meio da eliminação organizada de espaços de debate societário e da desqualificação dos conflitos e das alternativas de transformação que garantiriam a formulação pública das medidas de sociabilidade e de plausibilidade dos assuntos da vida. Elaborar-se inclusive pelo martelar incessante do veredicto de que “*não há alternativas*”, visto na virada do século passado até mesmo nos discursos de alguns dos próprios movimentos sociais. Isso certamente reconfigurou o debate societário brasileiro acerca dos entraves à consolidação dos direitos e da ampliação da democracia, que havia esboçado crescimento na década de 1980 e ainda apresentava força no início dos 1990. Especialmente nas periferias urbanas, esse desvio coincidiu com o aprofundamento do uso de uma lógica eminentemente privada e instrumental como norma de elaboração da sociabilidade.

A hipótese com a qual o autor trabalha é a de que a desmontagem desse discurso, pela apropriação dominante que distorce seus sentidos, contribuiu para retirar grande parte dos *campos políticos*²⁴ nos quais as lutas dos movimentos sempre procuraram se colocar. Pois apesar de elaborarem ainda hoje resistências muitas vezes consistentes no plano comunitário, os movimentos continuam carentes de um espaço público e discursivo efetivamente democráticos, em que possam se colocar na sociedade, para assim compor e abrir, por via do conflito que sua presença pública introduz, arenas renovadas de resistência. A pesquisa realizada partiu de preocupação descritiva, com a intenção de identificar nos movimentos estudados quais as principais formas e o caráter de sua organização, durante suas trajetórias até os dias de hoje. Perquirindo a sociabilidade primária das comunidades arroladas e sua organização como movimento, procurou-se traçar as relações com o Estado e outras organizações da sociedade civil.

²⁴ Noção de campo político tem inspiração em Eder Sader, 1988. Mas também coteja com as obras de Hannah Arendt, Pierre Bourdieu e Jacques Rancière.

Noutra perspectiva, sua atenção esteve colocada também num plano mais voltado à caracterização do contexto neoliberal brasileiro, especialmente em seus reflexos para as relações entre Estado e sociedade civil, desde a segunda metade da década de 1990. Segundo o autor, somente a partir desta dimensão podem ser iluminados minimamente os campos discursivos e públicos, que então estiveram à disposição dos movimentos. Essa tentativa revelou, a princípio, processos de desmanche que não são especificamente locais nem tradicionais, mas que se fazem sentir como obstáculos à figuração política dos movimentos estudados, e de modo generalizado, dos movimentos sociais contemporâneos. Terreno este que se revelou fértil com a chegada do neoliberalismo ao país, que pôde contar com uma estrutura estatal e institucional que armava um campo, tanto real quanto simbólico, em que se naturalizava a noção de *política como a gestão* do Estado.

Antes de apresentar os estudos de caso que seu livro se propõe a analisar, Feltran faz uma rápida revisão da literatura específica sobre os movimentos sociais, desde o início da década de 1980 até alguns dos trabalhos mais recentes. Nesta revisão bibliográfica, diz que foi a partir do esgotamento e procedente queda das ditaduras militares, na década de 80, que a questão democrática ressurgiu com força na agenda de discussões da academia e em diversos segmentos sociais dos países da América Latina. E a questão da democracia servia também como pano de fundo para tratar da aparição movimentista do período. Logo, desde os últimos anos da década de 1970, a literatura começou a discutir a relevância dos movimentos sociais urbanos e passaram a ser investigadas as implicações sociais e políticas da aparição e desenrolar de sua história recente. Mormente se pensados pelo prisma da política, esses trabalhos têm acompanhado questões que se referem aos distintos momentos vividos pelo regime “democrático” brasileiro.

Dáí em diante, o autor passa a discorrer sobre o seu principal referencial teórico: Hannah Arendt e sua concepção de *política*. Segundo o autor, é no encadeamento dos raciocínios até aqui arrolados que o pensamento de Arendt “cai como uma luva” (Feltran, 2005, p. 41). A luva em questão seria a metáfora arendtiana dos *tempos sombrios*, períodos em que o âmbito público se toma obscurecido, em que pouco se pode distinguir. Ademais, Feltran afirma que há que se ressaltar que a conflitividade social que havia colocado os movimentos em cena pública na década de 80, e que justamente havia lhes conferido estatuto político, esteve bastante ofuscada na virada do século. Os espaços abertos pela redemocratização do país, que justamente prometiam aos movimentos terrenos políticos duráveis de atuação, não cumpriram sua promessa, ou ao menos não suficientemente para radicalizar a democracia. Para uma corrente da literatura recente, pelo contrário, o que se viu nesse período foi uma tendência de encolhimento do papel político dos atores democráticos da sociedade civil.

Feltran ainda dialoga com duas vertentes teóricas distintas. De um lado, trata das questões

colocadas por aqueles que pensam o momento atual das sociedades desde os caminhos da construção democrática, com a preocupação analítica fortemente pautada pela necessidade política de buscar alternativas para a radicalização da democracia. Por outro, dialoga com outro conjunto de autores que têm enfatizado o desmanche dos direitos e da cidadania promovido pelo neoliberalismo. No que tange especificamente aos movimentos sociais, Feltran afirma que a primeira corrente se caracteriza por seu intuito de destacar as possibilidades que se apresentam nesse momento de inserção institucional, e identificar nas novas formas de relação entre Estado e Sociedade Civil lutas que ampliam a noção de política, retirando-a do monopólio estatal. A segunda corrente, em contrapartida, figura um momento de profunda desativação da política, central e estruturalmente organizada, o que impediria que os movimentos sociais se colocassem efetivamente no espaço público. Feltran diz que esta vertente aposta que a gestão está substituindo a política, que “os consensos” têm impedido que se instaure o “dissenso” (cf. Rancière, 1996). A conclusão a que chega aponta para o fato de que se verifica hoje um momento de supressão da política, chamado mesmo de totalitário por autores como Oliveira (2000). Tendo em mente que a grande luta dos movimentos sociais foi pela configuração de sujeitos políticos, como afirma Maria Célia Paoli (1995), e que da política depende sua configuração como sujeitos históricos, na anulação da política os movimentos perdem o chão sobre o qual tão duramente tinham conseguido pisar.

No primeiro capítulo há uma breve reflexão acerca do conceito de política em Hannah Arendt (2001a, 2001b, 2000, 1999, 1987). O argumento do capítulo poderia ser assim resumido: os limites da virtude movimentista diminuem exatamente quando eles obtêm acesso a uma dimensão pública da sociedade, e se tornam mais restritivos quando essa dimensão fica mais acanhada, considerando as formas de adentrar essa dimensão e as particularidades dela. Sob o mesmo prisma, são abordadas as conseqüências políticas das mudanças profundas da atuação movimentista nos finais da década de 90, bem como a relevância e as conseqüências políticas dessas mudanças. Feltran argumentará que as transformações do período têm a ver ainda com tensões contidas entre lógicas políticas distintas que regeram e regem a figuração que os movimentos populares estudados fazem de si mesmos, enquanto sujeitos de sua história. É assim discutida a importância de uma racionalidade conflitiva, dissensual, na prática movimentista, como meio de forjar o aparecimento e alargamento desses campos políticos, quando eles não existem ou são estreitos demais.

O segundo capítulo trata da apresentação e análise dos dados coletados junto ao *Mutirão 1º de Maio*. Nele vão aparecer desde casos pessoais até o relacionamento entre o movimento popular de Carapicuíba e o Estado na definição de políticas públicas. Feltran justifica o recurso às trajetórias de vida com a afirmação de que são as descrições e análises retiradas deste plano das

vivências cotidianas de quem mora na periferia que ajudam a compreender o histórico do *Mutirão 1º de Maio*, apresentando desmanches e reconfigurações importantes se comparado ao movimento social que ali se estabelecera em 1993. Estaremos às voltas com o espectro das arguições de duas vertentes teóricas que podem ser simbolizadas pelas figuras de Götz Ottmann (1995) e Francisco de Oliveira (2003). Isto é, Feltran não conclui que o histórico do *Mutirão 1º de Maio* comprova a falência da política, mas antes que denota a erosão gradual dos campos em que se pode agir e demandar politicamente. De certa forma, deixa em aberto a questão do caráter cíclico dos movimentos sociais discutida por Ottmann. Assim, não se sente obrigado, em contrapartida, a aderir aos argumentos quase apocalípticos de boa parte dos pesquisadores ligados a Francisco de Oliveira e à parte do grupo do Cenedic 25, como Laymert Garcia dos Santos e Maria Célia Paoli. Não obstante, a consideração a que chega ao final do capítulo é a de que há claros limites à virtude movimentista isolada no interior das comunidades de periferia, sempre que os movimentos pretendem tornarem-se atores políticos na sociedade como um todo.

No caso do *Mutirão 1º de Maio*, o autor defende que as demandas por direitos coletivos se tornaram carências de um grupo de pessoas. E a partir disso, os mutirantes passaram a ser vistos não como sujeitos de direitos, mas como objetos de assistência, de doação, ou mais freqüentemente de favores, cobrados em período eleitoral. Isso traz importantes questões à sua reflexão teórica, na medida em que faz perceber que existe poder político, ao menos potencial, nas relações entre as capacidades pessoais de persuasão e os consentimentos ‘microcósmicos’ a elas. E mais, que para a construção de um âmbito político, há inúmeras mediações privadas que devem ser enfrentadas de modo virtuoso por quem o deseja construir. A seu ver, o caso do *Mutirão 1º de Maio* evidencia a inexistência do público e de seus parâmetros de entendimento. E isso, na referência arendtiana, conduz a reflexão para a categoria de ‘pária’, que a autora desenvolve. O pária é o homem que se priva de pensar sobre o mundo comum, e essa é uma situação de profunda desumanidade. A privação do mundo público, imposta assim à grande parte dos moradores da periferia urbana, traz o conseqüente aparecimento de um *senso comum*, fundado exclusivamente em solo privado, e, portanto, apolítico. A ruptura desse campo, entretanto, pela emancipação pessoal e coletiva, é que gera o que Arendt chama de *pária consciente, ou figura de fronteira*, a figura por excelência de transformação social. Romper esse âmbito se faz, dialeticamente, tematizando essa privação publicamente 26.

O autor defende que a privatização contida nessa concepção de mundo, exemplifica e complementa o que Francisco de Oliveira chama de uma “*experiência subjetiva de desnecessidade do público*” (Oliveira, 1999, p. 57). Oliveira se refere aos cotidianos das classes

²⁵ Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da Universidade de São Paulo (Cenedic).

²⁶ Arendt, Hannah (2000). *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

burguesas, progressivamente estendidos às médias, que foram forjando uma subjetividade que configura o homem privado contemporâneo, que é a base social sobre a qual se estrutura o neoliberalismo. Oliveira cita ainda “*a ausência de experiência de convivência com outras classes sociais, e os cotidianos extremamente cerrados, fechados, claustrofóbicos, homogêneos que fundamentam essa experiência subjetiva*” (Oliveira, 1999, p.70). Para Feltran, no caso das concepções vigentes na gestão do Movimento entre 1998 e 2000, isso parece ainda mais grave, porque aparece fora de contexto. O privatismo radical passa aí a ser caricato, mas surpreendentemente real, até porque o padrão socioeconômico dos moradores era e é ainda muito distante daquele das classes médias urbanas, especialmente da Região Metropolitana. À época da sua dissertação, Feltran não pôde contar com os artigos então inéditos de Edmond Preteceille (2006) sobre segregação espacial nas cidades de São Paulo e Paris, mas seus argumentos continuam surpreendentemente atuais e precisos.

O conceito de política, instruído pela referência arendtiana, lança luz sobre o que parece sempre ter sido buscado pelos mutirantes, a saber, a legitimidade de discursos e argumentação próprios, que, no entanto, esteve situada fora de um campo propriamente político. Sem espaço público, não se faz política. Mais frequentemente, conclui Feltran, o que se viu na virada de milênio foi um sem número de tentativas, pelos movimentos populares, de projetar suas falas, suas iniciativas. Mas na maioria das vezes essas iniciativas se projetaram no vazio, pois não havia espaços públicos que permitissem sua aparição pública. Logo, a pobreza, o desemprego, a miséria e a violência compõem um quadro urbano “natural”, fundador de modos de vida específicos. Esse quadro se torna, com o passar do tempo, o ambiente urbano comum da periferia. Feltran refere-se à Vera Telles (2001) para pensar estes lugares e seus níveis implausíveis de privação como figurações de uma *paisagem natural da cidade*.

No terceiro capítulo, a discussão gira em torno da busca por campos políticos que ofereceriam outros horizontes aos movimentos. Para tanto, o autor enfatiza aqui uma dimensão mais ampla de atuação dos movimentos sociais urbanos, para cuja tarefa remonta ao histórico de mais de vinte anos de luta do *Movimento de Defesa do Favelado*, que atua em cerca de trinta favelas da região Leste da metrópole. Ao explorar a trajetória do *MDF*, Feltran almejava entender as relações dos discursos dos movimentos sociais com campos mais ampliados de articulações e disputas políticas. Isto posto, se o *MDF* sempre teve claro que era preciso que se disputem publicamente as concepções que terão status hegemônico na sociedade, é porque sempre previu a necessidade de um campo político que permitisse essa disputa, no que fora instruído e apoiado por partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT), por lideranças da Igreja Católica e CNBB, dentre outras. Desde as origens do movimento, no final dos anos 1970, a proposta foi a de realizar uma articulação ampla entre os favelados e os múltiplos movimentos que *pipocavam*, como se

disse a certa altura, na busca por direitos sociais e democracia. Segundo o autor, passar por essas narrativas teve a intenção de descrever e analisar o substrato das lutas ampliadas empreendidas no início dos anos 1980 pelo *MDF*. Vislumbra-se, portanto, que nas histórias dos trabalhos pastorais, das lutas pelo esgoto e creche-escola na Vila Prudente, o que se buscou foi estabelecer, a partir da dimensão comunitária, elementos de um projeto político ampliado, o que se pode perceber pela sustentação que essas lutas conseguiram no campo movimentista do período.

O autor trabalha aqui com a hipótese de que a expansão neoliberal dos anos 1990, mais do que portar uma nova matriz discursiva que disputa significados na esfera pública e nos campos políticos societários, pelas suas próprias características e pelas formas com as quais trama essa disputa, contribuiu muito para o encolhimento destes campos de deliberação. Sendo assim, desfeito grande parte do terreno em que circulavam os discursos que embasavam as lutas das classes populares, o neoliberalismo produziu, em pouco tempo, um quase aniquilamento não apenas da validade das matrizes discursivas presentes até então, ainda que em crise, mas de todo um campo discursivo e público, portanto político, na sociedade brasileira. Todavia, diversos momentos da luta movimentista do *MDF* no passado, percorridos no capítulo, demonstram entendimentos da luta que superam as visões correntes de inescapabilidade e de ausência de alternativas. A perseverança dos movimentos populares mostra que, a despeito da apatia dos tempos de neoliberalismo, do autoritarismo das gestões estatais “democráticas”, ainda há lógicas propriamente políticas (malgrado em menor proporção) presentes na atuação dos movimentos sociais. Isso gera, ao menos potencialmente, alternativas para além das que estariam dadas a *priori* e, por isso, vem à tona a noção de política como natalidade e criação em Hannah Arendt (2001a). Refundar campos políticos renovados, para recomeçar a política, parece estar na base do problema e das tarefas fundamentais dos movimentos sociais.

No quarto capítulo, Feltran procura sintetizar os argumentos apresentados até então. O caminho analítico seguido parece sugerir que hoje é importante repensar a natureza das lutas desses sujeitos e as relações delas com o contexto em que se inserem, centrando a atenção na intensidade e na relevância política dos debates que eles produzem na sociedade. O autor anseia ressaltar, assim, a necessidade atual de melhor compreensão dos trânsitos entre os espaços privado e público, e das mediações entre o mundo social e político, para melhor entendimento dos movimentos sociais contemporâneos em sua busca pela política. Os argumentos dos capítulos anteriores, especialmente o segundo e o terceiro, procuraram demonstrar que há novidades mesmo em movimentos com trajetórias maduras, e que é relevante procurar questões distintas das anteriores nas suas práticas. A interpretação de Feltran reforça o argumento de que se torna suficientemente claro, também, que os movimentos sociais só realizam suas intenções quando se projetam na cena pública, forjando campos discursivos e públicos, portanto políticos, que

remetam à recomposição das concepções de mundo até então presentes na sociedade. Havia, segundo a interpretação de Feltran, um campo discursivo e público que permitia que, em muitos espaços, surgissem lideranças religiosas, sindicais, intelectuais, comunitárias, ligadas à educação popular, etc. Existia, pois, um espaço público em que essas concepções de mundo circulavam e se elaboravam, e isso fundou campo político específico. Não só em São Paulo, mas por todo o Brasil, essa articulação estava sendo feita, impulsionando e se nutrindo da perspectiva democrática que surgia.

Vislumbra-se, pois, que o texto de Feltran oscila entre seu incansável esquadramento dos movimentos sociais vis-à-vis seu intuito de mostrar que não há desmobilização *per se*, mas antes a reverberação dos efeitos da combinação entre institucionalização dos movimentos e proliferação de associações privadas e ONGs, vindos à tona após o período da redemocratização e promulgação da Constituição de 1988; e a adesão à convincente arguição de autores como Francisco de Oliveira (2003; 2000) que já há algum tempo vêm se declarando incrédulos quanto às possibilidades de ação política na modernidade tardia brasileira, que nos apresenta a gestão e a eficiência privatista como modelos unívocos a serem seguidos. Outrossim, Feltran parece não querer adotar *a priori*, nem sequer *a posteriori*, uma única vertente teórica, isto é, nem adere de imediato à concepção de Götz Ottmann (1995) sobre o caráter cíclico dos movimentos sociais nem à denúncia propalada do fim da ação política em suas faces tradicionais, ou de forma mais radical, em qualquer das suas faces já gastas demais para serem de alguma valia frente aos últimos suspiros daqueles movimentos que militam por direitos sociais, reforma agrária etc.

Ainda que Gabriel de Santis Feltran não faça uso da obra de Sidney Tarrow (1994), poderíamos dizer que a *estrutura de oportunidades políticas* tem se mostrado assaz desfavorável ao sucesso das demandas dos movimentos sociais populares, sobretudo daqueles situados nas periferias das grandes cidades brasileiras. Isto porque, seguindo as tramas de seu livro, vislumbramos que tem havido decréscimo regular e paulatino do número dos “potenciais aliados”, bem como menor permeabilidade de um Estado pautado pela “gestão das urgências” e que, dirigido sob a lógica neoliberal, abre espaço à iniciativa privada ao mesmo tempo em que engessa espaços públicos de deliberação como conselhos gestores e orçamento participativo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001a.
- _____. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001b.
- _____. *As origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- _____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Editora Humanitas, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*. In: OLIVEIRA, Francisco de, PAOLI, Maria Célia (org.). *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- OTTMANN, Götz. *Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 41, p. 186-207, mar. 1995.
- PAOLI, Maria Célia. *Apresentação e Introdução*. In: OLIVEIRA, Francisco de, PAOLI, Maria Célia (org.). *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político*. In: HELLMANN, Michaela (org.) *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Ildesfes. 1995.
- PRETCEILLE, Edmond. *La segregation sociale a-t-elle augmenté ? Les métropoles entre la polarisation et mixité*. Revue Sociétés Contemporaines, n.62, 2006.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34. 1996.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. *Tecnologia, perda do humano e crise do sujeito de direito*. In: OLIVEIRA, Francisco de, PAOLI, Maria Célia (org.) *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- TARROW, Sidney. *Power in movement*. Cambridge: University Press, 1994.
- TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

O GOSTO DA CLASSE DOMINANTE COMO FORMA A PRIORI DO JULGAMENTO

Resenha do livro de BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2007, 556p.

Paolo Totaro²⁷

²⁷ Doutorando em Ciências Sociais pela UNISINOS (RS) e professor de Matemática Aplicada pelo MIUR (Itália).

Uma pesquisa desenvolvida entre os sociólogos franceses no começo da década de 1990 colocou *A distinção*²⁸ entre os primeiros três livros da disciplina, após *O suicídio* de Durkheim e *A ética protestante* de Weber²⁹. O fato de uma obra de um contemporâneo, ainda vivo, como o era Bourdieu na época, ser colocada no mesmo nível daquelas clássicas da história inteira de uma disciplina constitui, sem dúvida, uma raridade. Embora *A distinção* desenvolva um assunto já enfrentado pela Escola de Frankfurt – o do condicionamento de toda manifestação cultural pelo poder sócio-econômico – o efeito de sua crítica criou mais embaraço na “cultura legitimada” do que os trabalhos de Horkheimer e Adorno. Houve até quem falasse da difusão da crítica social de Bourdieu como de *bourdieumanie* ou de “terrorismo sociológico”³⁰. Isso não foi causado apenas por uma maior força de convencimento do trabalho de Bourdieu, derivada da contínua procura de provas empíricas, e da maior articulação de seu sistema teórico-interpretativo, mas, sobretudo, pela sua capacidade de destronar a cultura dominante de sua posição de autonomia absoluta nos jogos dos condicionamentos sociais. Enquanto o trabalho de seus colegas alemães é perpassado por uma imagem da cultura dominante como sendo uma força, em certo sentido, «conspiradora», um poder incondicionado que, por sua vez, tudo condiciona, em Bourdieu a cultura legitimada se encontra, ela mesma, na posição de instrumento inconsciente das forças que ela própria desencadeia, submetendo os sujeitos que a interpretam à condição de imitadores de si mesmos, sendo nisso não menos grotescos do que os dominados.

O “*habitus*” é o conceito central de toda a sistematização teórica de Bourdieu. *O habitus* representa a incorporação, em forma sintética, das *práticas* transmitidas por uma determinada classe, constituindo assim a unidade originária de todas as disposições a se comportar e agir de uma determinada forma frente a cada situação. Ele deve sua eficácia ao fato de seus esquemas de *classificação* da realidade - e das relativas práticas que lhe se acompanham – atuarem antes do plano do discurso, da reflexão consciente. O “gosto” funciona como uma espécie de sentido de orientação social, uma capacidade de discernimento imediata, pré-reflexiva – e, por isso, considerada uma propriedade “naturalmente” possuída – capaz, na base do *habitus*, de dirigir os indivíduos que ocupam uma determinada posição no *espaço social* aos bens e às práticas coerentes com tais posições.

Tanto as posições no espaço social, quanto os *habitus* que lhe correspondem, são determinadas por três coordenadas: 1) a *dimensão* do capital; 2) sua *estrutura* (capital material +

²⁸ A edição francesa é de 1979.

²⁹ Cfr. LASA (Laboratoire de Sociologie Antropologique de l’université de Caen), Cahiers du LASA/Lectures de Pierre Bourdieu, 12-13, 1992, p. 9-10.

³⁰ Vèrdes-Leroux. *Le Savant et la politique. Essai sur le terrorisme sociologique de Pierre Bordieu*. Paris : Grasset, 1998.

capital cultural); 3) a *evolução* no tempo. Se a dimensão do capital possuído (primeira coordenada) gera as principais demarcações no espaço social (aquele entre classe alta, média e baixa), a segunda coordenada permite marcar diferenças de posicionamento internas a cada classe (frações dominantes e dominadas em cada classe), bem como destacar *homologias* nas dinâmicas entre tais frações. Assim, emerge, com base em dados empíricos, que, tanto na classe dominante quanto na classe média, existem camadas internas cuja relação de domínio reflete o contraste entre capital material e capital cultural: aos possuidores (que possuem sua habitação, propriedades urbanas ou rurais e valores mobiliários), freqüentemente filhos de possuidores, correspondem os não possuidores, que dispõem, sobretudo, de capital cultural e que são provenientes das frações assalariadas das classes média e alta ou da classe operária. A procura de capital cultural na sua forma escolar, isto é, de formalização disciplinar, caracteriza as posições inferiores tanto nos espaços sociais médios quanto nos altos, assumindo nos projetos dessas camadas o papel de instrumento de mobilidade social para a cima.

Em fim, a terceira coordenada. A evolução no tempo do capital, isto é, a mudança do volume do capital, corresponde à *trajetória* que une uma posição inicial àquela final no espaço social. A posição social ocupada e a trajetória percorrida não são eventos estatisticamente independentes: a um determinado volume de capital corresponde uma determinada gama de trajetórias e não outras, no sentido de que é altamente provável que um indivíduo com determinado capital irá percorrer uma das trajetórias daquela gama. Casos diferentes são fortuitos ou causados por eventos excepcionais (guerras, crises, etc.). Isso significa que, para explicar a insurgência das *práticas* nos vários campos sociais, devemos utilizar a fórmula “[*(habitus)* (capital)] + campo = prática” não somente em sentido sincrônico, a saber, ligando as práticas e os capitais possuídos, mas, também, em sentido diacrônico, isto é, considerando a trajetória que tipicamente gerou a posse de um capital e sua “incorporação” no *habitus*, com isso conhecendo o processo pelo qual este último se formou e, portanto, o sentido exato de seu conteúdo e das práticas pelas quais ele se manifesta nos diferentes campos.

Mas, se o *habitus* é princípio gerador de práticas, é também princípio gerador de qualquer julgamento sobre as práticas (constituindo ele o fundamento pré-discursivo de toda classificação). Assim, as práticas e os julgamentos sobre elas (os gostos) se fecham umas sobre os outros, numa unidade coerente onde uma prática remete a um determinado tipo de gosto e um gosto reenvia automaticamente a um determinado mundo de práticas. Um *estilo de vida* é, assim, não apenas uma maneira de se comportar, mas também um julgamento sobre o mundo, de se diferenciar nele, representando a exclusividade de uma posição social dominadora, através do contraste com os símbolos da mediocridade de uma condição de subordinação. De uma parte, o “distinto”, porque quantitativamente raro, ou porque não comprometido com necessidades materiais, e que,

justamente por isso, pode ser o marco dos bens e das condutas de vida das frações sociais dominantes, as quais não estão submetidas a essas necessidades. De outra, o “vulgar”, porque de fácil aquisição ou porque ligado a exigências primárias, cuja satisfação é o principal desafio para os dominados. No meio, as práticas destinadas ao julgamento de *pretensiosas*, por via da distância entre as ambições e as possibilidades.

Pelos gostos se desenvolve uma batalha simbólica para a apropriação das posições de domínio. Quando os estatísticos esquecem que não somente as práticas que são classificadas e medidas por eles, mas também aquelas que eles utilizam para classificar, representam armas e apostas em jogo na luta de classe, acabam por se tornar meio inconsciente dessa luta. Toda classificação não se exaure em si, mas numa relação que, em última análise, é uma relação de classe. As oposições entre o alto (sublime, elevado, puro) e o baixo (vulgar, chato, modesto), o espiritual e o material, o refinado e o grosseiro, o leve (sutil, vivo, perspicaz) e o pesado (lento, espesso, obtuso, trabalhoso), o livre e o coagido, o único (raro, diferente, distinto, exclusivo) e ordinário (comum, banal, trivial, quotidiano), etc., resultam da contraposição central entre classe *dominante e dominada*.

As morais, as estéticas de classe estão inseparavelmente colocadas uma frente à outra e, portanto, as escolhas que elas engendram se encontram automaticamente associadas a um valor de distinção diante de outra. Isso *independe de qualquer vontade consciente de se distinguir*, de qualquer *procura* explícita de diferenciação, sendo que as classificações incorporadas no *habitus* representam o mundo antes de qualquer intencionalidade. Mas também as estratégias intencionais para se distinguir do grupo colocado imediatamente abaixo – e, portanto, assumido-o como referência negativa – ou imediatamente acima – que dessa forma é reconhecido como detentor do estilo de vida legítimo – não passa de um efeito multiplicador das classificações implícitas.

Por exemplo, os sacrifícios da pequena burguesia para atingir os níveis sociais superiores refletem, imediatamente, seu oposto, que é a admissão implícita de uma posição de inferioridade, admissão tanto mais evidente quanto maior o esforço de se assimilar à classe superior. O pequeno-burguês está condenado por sua própria vontade a participar dos valores dominantes; é obcecado pelas aparências e pelos julgamentos que os outros dele fazem. Pelo medo de não fazer o bastante, pela preocupação de deixar a impressão de pertencimento àqueles valores, é destinado a ser percebido principalmente por aquilo que lhe falta, em lugar de ser percebido por aquilo que tem. As classes populares, ao contrário, fazem da necessidade uma virtude; criam uma autoconvicção de que as limitações que lhes são impostas coincidem, ao final, com o que é melhor para elas, como uma boa escolha, incorporando como natural sua condição de privação com relação às benesses gozadas pelas outras camadas. Analogamente, mas com «sinal invertido», as classes altas assumem como natural seu privilégio de viver para além das

necessidades, desvalorizando as obrigações das regras quando não for possível fazer das regras uma institucionalização de suas propriedades.

O conhecimento formalizado nas disciplinas é, nesse sentido, terreno de luta central. De um lado, ele é institucionalização de um patrimônio que as classes dominantes podem transmitir e expandir de geração em geração. De outro, sendo institucionalizado, apresenta uma organização formal que escapa da lógica patrimonial, sendo adquirível não somente pela vivência da cultura familiar, mas também por um exercício técnico. Portanto, é a objetivação de uma dominação cultural, mas também um possível instrumento de acessão social, permitindo que possuidores de um capital material inferior ganhem as mesmas titulações que possuidores de capital material superior. Por isso, a instrução formal, de um lado, é valorizada pela cultura legítima (sobretudo com referência aos níveis elevados de formação), mas, de outro, é desqualificada como pedante, “escolástica”, em contraposição com a cultura vivida como uma segunda pele, desde as experiências primárias na família. É reivindicada a superioridade cultural do “homem do mundo” sobre o “douto”, da inclinação “inata” para o “bom gosto” sobre aquela aprendida pelas revistas de moda ou de gastronomia.

O sistema de classificação dominante não somente perpassa a sociedade inteira – sendo compartilhado por cada um do ponto de vista de sua posição no espaço social – mas, ao ser incorporado, não consente que alguém dele se afaste; por tal sistema não há um sujeito livre para escolher frente a objetos, mas um sujeito que define seu objeto, conforme o domínio de classe, no próprio momento em que o percebe. Então, a aposta em jogo não é simplesmente um capital material (ou cultural) colocado frente a um agente, mas a representação do mundo desse agente e o sentir esse mundo mais ou menos harmonizado consigo; não é alcançar um objetivo, mas dar um sentido à existência; não agir frente a uma realidade, mas definir a realidade em que se desenvolve a ação. Conseqüentemente, o gosto da classe dominante é, simplesmente, o gosto. Este toma a dignidade de uma forma *a priori* do julgamento.

Kant distingue entre o “prazer” e o “gozo”, sendo o primeiro entendido como a capacidade pura de distinguir o “belo” depurado da excitação dos sentidos. O gosto puro não passa de uma recusa, de um “desgosto”: desprezo pelos objetos que impõem o gozo e desprezo pelo gosto grosseiro e vulgar que se deleita desse gozo imposto. Assim, a teoria do gosto puro encontra suas bases numa ligação empírica: a antítese entre a cultura e o prazer físico se enraíza na contraposição entre a burguesia culta e o povo, sede fantasmática da natureza inculta, da barbárie devotada ao puro gozo. Enquanto prazer ascético, depurado do prazer material, o prazer puro parece a natural expressão de uma superioridade moral. A obra de arte se torna uma medida indiscutível da capacidade de sublimar, de atingir o que é *verdadeiramente humano* no homem: a aposta em jogo, no discurso estético é, ao final, o monopólio sobre o conceito de humanidade,

definindo a *essência* da espécie, bem como o gosto define os valores essenciais da existência individual, transformando o domínio sobre o capital no domínio sobre a construção do sentido do mundo.

Embora os dados empíricos em que se embasa *A distinção* sejam referentes à França do século XX, parece claro que seus resultados principais independem de uma formação histórico-social particular. A própria intenção originária que motivou o autor testemunha a vocação para a universalização dos conteúdos da obra, nascendo ela como uma crítica sociológica à teoria filosófica do gosto de Kant. Até hoje, quando a sociedade, sob os golpes da formalização e da globalização das formas de dominação, parece estar desmanchando toda racionalidade material, seja ela oriunda de uma visível contraposição de classe, seja advinda das divisões territoriais dos Estados-Nação, podemos entender a necessidade de manter sempre presente a análise classista da sociedade, exatamente pelo abalo que as imagens e os conceitos de Bourdieu causam no interior de cada um de nós, no qual reconhecemos as imagens e os conceitos por ele evocados. Se as classes hoje são menos visíveis, se os gostos e os estilos de vida estão se uniformizando, as velhas formas de dominação cultural continuam atuando mais em profundidade, reafirmando, nas grandes massificações dos consumos globais e na mobilidade e flexibilidade do capital, as mesmas contraposições entre o “pesado” e o “leve”, o “coagido” e o “livre”, o “ordinário” e o “único”, já destacadas na formidável análise desenvolvida na obra *A distinção*.

SEGURANÇA PÚBLICA: COMPREENDER PARA INTERVIR

Resenha do livro de BEATO, Cláudio (Org.). *Compreendendo e Avaliando Projetos de Segurança Pública*. Coleção Segurança & Espaços Urbanos. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008, 219p.

Robson Sávio Reis Souza³¹

A violência no Brasil, e em especial, a criminalidade violenta cresceu assustadoramente nos últimos anos, chegando a níveis inaceitáveis. A (in) segurança pública passou a se constituir um grande obstáculo ao exercício dos direitos de cidadania, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras.

Com medo da violência urbana e não confiando nas instituições do poder público que são

³¹ Pesquisador do Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública (UFMG); pesquisador do Núcleo de Estudos Sóciopolíticos (PUC Minas) e coordenador do Núcleo de Direitos Humanos (PUC Minas).

encarregadas da implementação e execução das políticas de segurança, percebe-se uma evidente diminuição da coesão social, o que implica, entre outros problemas, na diminuição do acesso dos cidadãos aos espaços públicos; na criminalização da pobreza (à medida que se estigmatiza os moradores dos aglomerados urbanos das grandes cidades como os responsáveis pela criminalidade e violência); na desconfiança generalizada entre as pessoas, corroendo laços de reciprocidade e solidariedade social; na ampliação de um mercado paralelo de segurança que privilegia os abastados em detrimento da maioria do povo, dentre outros dilemas sociais. Portanto, pensar numa política pública de segurança que seja inclusiva e eficiente significa possibilitar o exercício pleno da cidadania nas nossas cidades e, não menos importante, atender à maioria da população que, refém da criminalidade e sem recursos para mobilizar esquemas de segurança privada, necessita da ação do Estado na implementação dessas políticas.

Assim sendo, gestores da segurança pública devem pautar a política pública de segurança como direito humano fundamental, viabilizando projetos e ações de governos capazes de criar condições e mecanismos que possibilitem restituir direitos de cidadania à grande parcela da população (notadamente os mais pobres - maiores vítimas da criminalidade violenta-) constrangida e amedrontada com o avassalador incremento da violência nos últimos anos.

A Deterioração das Relações Sociais

Uma das conseqüências das rápidas transformações sócias dos últimos anos é que as agências encarregadas pela aplicação da lei (especialmente do sistema de justiça criminal) não se prepararam para os impactos com relação ao incremento da violência e especificamente com o recrudescimento da criminalidade urbana. Com este quadro de insegurança vivido pela população, as pessoas e instituições foram obrigadas a tomarem medidas de proteção individuais como construção de muros altos nas residências, instalação de câmeras de vídeo, de detectores de metal e a contratação de segurança particular na ilusão de estarem se prevenindo da violência. Os cidadãos trouxeram para o âmbito privado um problema notadamente público.

Algumas pesquisas mostram que as medidas individuais como estas não resolvem os problemas de violência e da segurança pública e trazem sérias conseqüências sociais como, por exemplo, o aumento do individualismo, o imobilismo frente ao incremento da violência, a inibição da participação no espaço público, deixando as pessoas ainda mais vulneráveis. Isso se deve à diminuição dos mecanismos de coesão social provocados pelo medo e pela insegurança crescentes, transformando todos os cidadãos em potenciais suspeitos ou até mesmo em potenciais infratores.

No Brasil, porém, o aumento significativo da criminalidade, principalmente urbana, não é um problema localizado, mas nacional. Nas décadas de 1980 e 1990 presenciamos um vertiginoso

aumento dos crimes nas maiores cidades brasileiras. Relatório divulgado em outubro de 2004 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, aponta que “em 2003, no Brasil, foram registradas pelas Polícias Cíveis 40.630 ocorrências de homicídios dolosos, propiciando uma taxa de 23 ocorrências de homicídio doloso por 100 mil habitantes. Desse total, 33,7% concentram-se nas capitais das Unidades da Federação” (BRASIL, Senasp 2004).

Ainda segundo essa fonte, houve um crescimento de 17% nas taxas de ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio, entre 2001 e 2003, sendo que as ocorrências de roubo aumentaram no período 17% e as ocorrências de furto tiveram um incremento de 24,5%. Esses dados, certamente, não indicam a realidade, dado que muitos eventos criminosos são altamente sub-notificados, conforme atestam pesquisas de vitimização nacionais e internacionais.

Os Custos da Criminalidade

Pesquisas recentes têm demonstrado que em alguns municípios como o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte se gasta cerca de 5% do Produto Interno Bruto com o combate a criminalidade. O Rio de Janeiro é o município que, proporcionalmente, mais gasta com violência: em 1995, foram R\$ 2,5 bilhões. São Paulo gastou, em 1999, R\$ 9,4 bilhões e Belo Horizonte, R\$ 900 milhões.

Segundo projeção de estudiosos e especialistas, o Brasil aplica cerca de R\$ 70 bilhões por ano combatendo a criminalidade; Minas Gerais, cerca de três bilhões e os gastos na capital mineira já giram em torno de um bilhão de reais por ano.

Em recente estudo da UFMG sobre a depreciação dos imóveis no centro de Belo Horizonte em virtude da violência no local, constatou-se que se as taxas de homicídio da área caíssem pela metade, o preço da locação de um apartamento de três quartos poderia sofrer correção de cerca de 12%. Mesmo nas regiões mais violentas da cidade, a queda da violência implicaria em reajustes nos preços do imóvel de 7%, em média.

Os cálculos dos custos da criminalidade levam em conta o que se perde com a morte prematura de pessoas, longos tratamentos de saúde, gastos com segurança pública e privada e os gastos privados com seguros, além das perdas diretas. Não se contabilizam, geralmente, as perdas simbólicas que podem ser muito maiores. Por exemplo, o que as pessoas deixam de gastar em compras, lazer e turismo ao não saírem de suas casas com medo de serem vitimizadas; a sensação de insegurança que produz fobias e longos tratamentos de saúde e a desconfiança crescente que fragiliza os órgãos do sistema de justiça criminal.

Compreendendo e Avaliando Projetos de Segurança Pública

Desde o início do século XX pesquisadores das áreas do direito, da sociologia, da política

e da antropologia começaram a produzir estudos sobre violência, criminalidade e, em menor escala, sobre segurança pública no Brasil. Rápida revisão bibliográfica aponta para pesquisas sobre a precariedade das técnicas de investigação policial e a inserção das polícias no sistema de justiça criminal e sobre o perfil burocrático do sistema de justiça criminal. Outros estudos apontam que as mediações burocráticas são responsáveis pela lentidão nos processos desse sistema, sendo que uma modernização institucional com novos arranjos estruturais torna-se imprescindível com o incremento da criminalidade, atualmente. E, ainda, que as organizações policiais funcionam como no século XIX, mas enfrentam os complexos problemas do século XXI.

O que se verifica é que há pouca produção acadêmica sobre importantes enfoques, como, por exemplo, a gestão da segurança pública e a avaliação de políticas públicas de segurança.

A Editora UFMG e o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) se associaram para a produção da coleção “Segurança e Espaços Urbanos”. Esta coleção tem por objetivos, entre outros, discutir aspectos práticos na implementação de políticas, programas e projetos em segurança pública. Segundo seu organizador, o coordenador do Crisp, Cláudio Beato, “existe uma crença de que muito se sabe sobre a matéria, basta apenas colocar em prática esse conhecimento. Isso não é verdadeiro. Sabemos pouco e menos ainda sobre as diversas facetas das políticas públicas em segurança, das estratégias mais eficazes e das maneiras mais viáveis de obter resultados”.

A coleção se baseará na análise de projetos, programas e políticas a partir de uma perspectiva empírica. Ou seja, os autores dos textos, além de sólida base teórica, têm algum tipo de envolvimento prático nos temas que serão abordados. “Mais que um enfoque ensaístico, deve-se partir da robustez e da qualidade da base empírica a sustentar diferentes possibilidades de decisão nessa área. Isso é importante, pois, no Brasil, a segurança pública e seus projetos têm se pautado por forte componente impressionístico de conteúdo freqüentemente ideológico. Necessitamos de um enfoque mais pragmático que, contudo, não obscureça a necessidade de as discussões apresentadas serem amparadas por forte base teórica e conceitual a dar-lhes sustentação”, pondera o coordenador do Crisp, ao explicar, na introdução do primeiro livro, esse tipo de opção editorial.

O primeiro livro da coleção, *Compreendendo e Avaliando Projetos de Segurança Pública* pretende suprir uma grave lacuna nos estudos sobre a segurança no Brasil: a carência de instrumentos de avaliação e monitoramento, bem como de diagnósticos abrangentes e úteis para fins de planejamento e implementação de programas e projetos de segurança pública. Os textos apresentados no livro dedicam-se justamente a diferentes aspectos relevantes da organização da informação e da avaliação de programas de segurança pública.

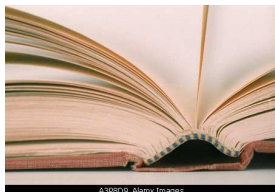
A obra apresenta quatro textos: o primeiro trata do uso de mapas para o planejamento e

avaliação. “A utilização de mapas tem possibilitado verdadeiras revoluções gerenciais no âmbito das polícias brasileiras, da mesma forma como ocorreu em outros países. Mas não basta apenas que existam. É crucial que sejam utilizados como ferramentas de planejamento de atividades operacionais e como componentes para a implementação de projetos de prevenção social em áreas de risco. Daí eles terem impulsionado a criação de unidades de analistas de crime e de setores estatísticos que dêem suporte à atividade operacional das polícias e ao desenvolvimento de projetos e programas sociais”.

“Avaliação econômica de programas de prevenção e controle da criminalidade no Brasil”, o segundo texto do livro, apresenta algumas análises de custo-benefício de programas de prevenção que, infelizmente, são raríssimas no universo das políticas públicas de segurança no Brasil. “Ao contrário do que ocorre em muitos outros setores da administração pública, decisões são tomadas sem levar em conta as conseqüências econômicas e o custo para a sociedade”.

O texto seguinte apresenta uma discussão crítica das estratégias de prevenção aplicadas aos homicídios no Brasil e em outros países. Analisando alguns programas de prevenção à criminalidade, o texto aponta que, ao contrário do que muitos acreditam, esses projetos não se compõem “apenas de boas intenções e voluntarismo, mas de estratégias intensivas e conhecimento aplicado a cada situação na qual ocorrem os incidentes”.

Por fim, o último texto do livro tem como escopo “buscar nas raízes e na forma de atuação das polícias uma orientação sobre as diferentes possibilidades de reforma e de sua viabilidade política. Extrai-se do texto que o peso e a importância que as polícias têm na discussão sobre segurança pública no Brasil sugerem fortemente que esse é um tema que não deve ser destinado apenas a policiais – é de interesse de toda a sociedade brasileira”.



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Processador de texto: Word for Windows

Espaçamento do texto: 1.5

Papel: formato A4

Fonte: Times New Roman, tamanho 12

Número de páginas: até 6 páginas

Apresentação da página de rosto

Título da resenha (dado pelo autor da resenha) e Título da obra a ser resenhada;

Dados do autor da resenha e da obra a ser resenhada;

Filiação científica do(s) autor (es) da resenha, mencionando instituição/
Departamento/Seção;

Endereço completo, endereço eletrônico (E-mail), quando possível, e telefone para contato.

As resenhas devem conter uma descrição significativa do conteúdo do livro, evitando opiniões pessoais ou posicionamentos que impeçam que o leitor tenha conhecimento objetivo da edição.

Perfil -> um periódico patrocinado pela Sociedade Brasileira de Sociologia com o objetivo de tornar mais visível especialmente a produção científica brasileira na área de Ciências Sociais, com ênfase na Sociologia;

Formato -> a publicação tem como característica principal a apresentação de resenhas de livros ou de um conjunto de artigos recentes (de preferência nos últimos dois anos); o objetivo é informar o leitor de forma sucinta sobre o que de principal tem sido publicado na nossa área (não se confunde portanto com o BIB);

Quem vai fazer as resenhas -> principalmente doutorandos das nossas Pós-graduações, mas também sócios da SBS; acho importante que em cada número haja uma resenha inicial (que pode ser maior que as outras) feita por qualquer um de nós (ex e atuais membros da diretoria e comitê científico); boas resenhas feitas no exterior e publicadas em bons periódicos podem também ser traduzidas;

Período de envio e seleção das propostas -> As propostas devem ser enviadas em dois momentos: até 20 de abril (para publicação em maio) e até 30 de setembro (para publicação em outubro). A seleção das propostas será feita tendo por base a clareza e profundidade da apresentação do texto, considerando-se também os requisitos apontados nas normas para a publicação.